



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUAMANAS E EXATAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

LIDIANE NOBRE DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO DAS MULHERES
RURALS: o impacto da educação na formação social, política e pessoal das
mulheres agricultoras do sítio caroá/PE.**

**MONTEIRO/PB
2025**

LIDIANE NOBRE DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO DAS MULHERES
RURAIS: o impacto da educação na formação social, política e pessoal das
mulheres agricultoras do sítio caroá/PE.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Letras -
Português, apresentado à Banca Examinadora
como requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Letras - Português na Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB).

Orientador: Prof. Me. Adeilson da Silva Tavares

**MONTEIRO/PB
2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237e Santos, Lidiane Nobre dos.

Educação de Jovens e Adultos na educação das mulheres rurais [manuscrito] : o impacto da educação na formação social, política e pessoal das mulheres agricultoras do Sítio Carotá/PE / Lidiane Nobre dos Santos. - 2025.

71 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2025.

"Orientação : Prof. Me. Adeilson da Silva Tavares, Coordenação do Curso de Letras - CCHE".

1. Educação de Jovens e Adultos (EJA). 2. Política educacional. 3. Empoderamento feminino. I. Título

21. ed. CDD 374

LIDIANE NOBRE DOS SANTOS

“EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO DAS MULHERES RURAIS: O IMPACTO DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E PESSOAL DAS MULHERES AGRICULTORAS DO SÍTIO CAROÁ/PE”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras Português da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Letras

Aprovada em: 02/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Adeilson da Silva Tavares** (***.961.874-**), em **10/06/2025 15:07:25** com chave **c3b88992462511f083391a7cc27eb1f9**.
- **Diego Breno Leal Vilela** (***.327.884-**), em **10/06/2025 15:15:43** com chave **ec1ba65c462611f0a5111a7cc27eb1f9**.
- **Maria da Conceição Almeida Teixeira** (***.134.794-**), em **11/06/2025 10:30:47** com chave **48d21fd846c811f085161a7cc27eb1f9**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 11/06/2025

Código de Autenticação: ff3c46



AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me guiado e não ter me permitido desistir, por superar meus medos, angústias e por sempre ter guiado meus passos.

A minha irmã Ana Cristina, por ter me ajudado nesta jornada, e que as vezes que pensei em desistir diante as dificuldades você vinha e acalentava meu coração.

Ao meu cunhado José Ronaldo de Melo Cariry, (*in memorian*), por todo apoio, carinho e dedicação em vida. Sempre fez por mim tudo o que podia para que eu nunca desistisse de meus objetivos, permanecerás vivo em meu coração e em minhas lembranças.

A minha mãe Iraci, meu alicerce, minha guerreira que sempre lutou para dar o melhor para seus filhos. Aos meus irmãos, cunhadas, sogro, sogra e também ao meu primo Augusto e toda minha família por sempre estarem presentes em cada momento de minha vida. Por cuidarem tão bem de meu filho enquanto buscava melhores condições de vida. Gratidão por tudo.

Ao meu esposo Juca, que sempre me apoiou e não mediu esforços para que eu continuasse meus estudos, gratidão por toda paciência, dedicação, amor, carinho e cuidado que sempre teve por mim.

Ao meu filho José Ariel, que sempre me apoiou e que não me permitiu desistir mesmo em dias de medo, angústias e tristezas.

Ao meu orientador Me. Adeilson Tavares, pela paciência, dedicação e compromisso durante todo o período de construção desse trabalho.

As minhas amigas, Eluar, Valquiria, Sabrina, Anny Karoline, Jessika Roberta, dona Margarida e Gabriela Ramos, por todos os conselhos, conversas e pela amizade verdadeira de todas vocês.

Agradeço imensamente a cada aluno e aluna da EJA, por todos os ensinamentos e carinho que sempre tiveram por mim.

Agradeço a todos/as que de alguma maneira, direta ou indiretamente contribuíram para minha formação profissional, meu mais sincero agradecimento.

Concluo mais uma etapa de minha vida com a seguinte frase “*Só vive o propósito quem suporta o processo*”.

Dedico as estudantes da modalidade EJA
e as participantes do grupo de mulheres
Guerreiras Pernambucanas pela
determinação, coragem e persistência.

Resumo

A EJA é entendida como uma modalidade de ensino que visa atender às necessidades específicas de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação básica na idade regular. Este estudo investiga o impacto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na vida de mulheres agricultoras do Sítio Caroá, município de Igaracy/PE. A pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo escolar, através da modalidade EJA, na formação social, educacional, política e pessoal dessas mulheres. O estudo apresenta uma pesquisa qualitativa realizada com 04 (quatro) mulheres agricultoras que frequentam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) da referida comunidade rural, com a utilização de entrevistas e observações do cotidiano escolar dessas educandas. A pesquisa se fundamenta na perspectiva da educação popular, conforme proposto por Paulo Freire, que destaca a importância da educação como instrumento político e cultural a serviço das classes populares. Destaca ainda a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na vida de mulheres agricultoras, mostrando como essa modalidade de ensino pode contribuir para o empoderamento e a transformação pessoal e coletiva dessas mulheres. Apesar das adversidades enfrentadas, o anseio por uma educação de qualidade e a garantia de direitos prevaleceu sobre os obstáculos, permitindo que essas mulheres experimentassem uma transformação significativa em suas vidas por meio da educação. Como resultado, elas adquiriram conhecimentos enriquecedores que contribuem para o fortalecimento de suas formações pessoais, educacionais, políticas e sociais, habilitando-as a se posicionar de forma mais assertiva em diferentes contextos.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos. Política educacional. Empoderamento feminino.

ABSTRACT

This study investigates the impact of Youth and Adult Education (EJA) on the lives of women farmers from Sítio Caroá, municipality of Igaracy/PE. EJA is understood as a mode of education that aims to meet the specific needs of young people and adults who did not have access to basic education at the regular age. The research aims to understand the school process, through the EJA modality, in the social, educational, political, and personal development of these women. The study presents a qualitative research conducted with 04 (four) women farmers who attend the Youth and Adult Education (EJA) of the mentioned rural community, using interviews and observations of the school daily life of these students. The research is based on the perspective of popular education, as proposed by Paulo Freire, which highlights the importance of education as a political and cultural instrument at the service of the popular classes. It also highlights the importance of Youth and Adult Education (EJA) in the lives of women farmers, showing how this mode of education can contribute to the empowerment and personal and collective transformation of these women. Despite the adversities faced, the desire for quality education and the guarantee of rights prevailed over the obstacles, allowing these women to experience a significant transformation in their lives through education. As a result, they acquired enriching knowledge that contributes to the strengthening of their personal, educational, political, and social formations, enabling them to position themselves more assertively in different contexts.

Keywords: Education for Young People and Adults. Educational Policy. Female Empowerment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
ESS	Economia Social Solidária
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
LDBEM	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Ensino Médio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MOVA	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNE	Plano Nacional de Educação
PUC – SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SEC	Serviço de Extensão Cultural
SESI	Setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNICAMP	Universidade de Campinas

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1	Desenvolvimento das turmas de EJA no Brasil, estados e municípios.
IMAGEM 2	Valorização da EJA
IMAGEM 3	Características do Mobral
IMAGEM 4	Metas do PNE
IMAGEM 5	Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais no Brasil (%)
IMAGEM 6	Educação
IMAGEM 7	Organização da Educação escolar no Brasil
IMAGEM 8	Contribuições de Paulo Freire com a Educação
IMAGEM 9	Imagem da escola Daniel Gomes dos Santos, Anexo da Escola Professora Judite Bezerra da Silva
IMAGEM 10	Imagem da escola Daniel Gomes dos Santos, Anexo da Escola Professora Judite Bezerra da Silva
IMAGEM 11	Imagem da escola Daniel Gomes dos Santos, Anexo da Escola Professora Judite Bezerra da Silva
IMAGEM 12	Imagem da escola Daniel Gomes dos Santos, Anexo da Escola Professora Judite Bezerra da Silva

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. A Educação de Jovens e Adultos: percurso histórico, legislação, concepções e princípios	17
3. A EJA como transformação humana e social: mulher, educação e trabalho	31
3.1 Mulher, Educação e Trabalho.....	35
4. Educação para transformação: o papel do EJA na vida das educandas	40
4.1 As grandes contribuições de Paulo Freire para a EJA a partir de sua trajetória de vida.	44
5. As mulheres do Caroá: trajetórias e memórias escolares	51
5.1 O que dizem e sentem as educandas do EJA do Caroá.....	51
6. Conclusão	58
7. Referências	60
8. Apêndices	64

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é motivo de muita luta por parte da população brasileira, diante alguns documentos oficiais é possível observar que é de inteira responsabilidade do município inserir no âmbito educacional a modalidade EJA. Nosso objeto de estudo será o impacto do processo de formação escolar, através da modalidade EJA, na formação social, educacional, política e pessoal das mulheres agricultoras do Sítio Caroá do Município de Iguaracy/PE.

Sabemos que, a luta por uma educação de qualidade é constante, principalmente para aqueles que precisaram parar seus estudos por que, muitas vezes não tiveram escolhas, pois, precisaram de alguma forma abdicar de seus estudos para própria sobrevivência. Há época, nem tudo era como é hoje, qual seja: ônibus passando na porta de casa para deixar o discente na escola; a infraestrutura no âmbito escolar era totalmente diferente do que temos hoje em dia; não se tinha material escolar e muito menos profissionais capacitados para ensinar.

Assim, muitos que fazem parte da Educação de Jovens e Adultos, como educandos, tiveram que deixar seus estudos para muitas vezes ajudar o pai ou a mãe nos deveres de casa. Muitos tiveram que trabalhar no pesado para sustentar os próprios irmãos.

Como depoimento, apresento minha experiência de atuação nessa modalidade de ensino. Fui professora de EJA por dois anos, e ouvi alguns relatos de alunos que frequentaram a EJA durante esse período. Muitos dizem que EJA é perda de tempo, mas diante tudo o que sou e já estudei e passei, posso dizer que a EJA é a oportunidade que muitos não tiveram, e que só sabe o que realmente é a Educação de Jovens e Adultos quem passa por ela, seja como estudante ou como professora, nessa modalidade. Duramente dois anos de profissão posso afirmar que aprendi muito com cada um/uma deles/as. São ensinamentos que ultrapassam a dimensão racional e teórica, são valores e ensinamentos diversos socializados no âmbito educacional.

Existe a dificuldade em ser aluno/a da EJA, ainda mais quando se trata de alunas EJA, agricultoras e residentes na zona rural. Este último grupo de gênero é o caso por nós aqui estudado, quando observamos a persistência e a vontade dessas mulheres em terminarem seus estudos, voltaram para a sala de aula. Assim, buscaremos no decorrer do nosso trabalho esclarecer tal questão, com objetivo geral: compreender o processo escolar, através da modalidade EJA, na formação social, educacional, política e pessoal

das mulheres agricultoras do sítio caroá município de Iguaracy/PE. Quanto aos objetivos específicos delineamos: a) Analisar a proposta curricular do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a fim de identificar como se dá a formação para mulheres agricultoras; b) Examinar o impacto da EJA no empoderamento e nas vivências escolares e pessoais das mulheres agricultoras sítio Caroá/PE; c) Descrever o processo de participação das mulheres agricultoras alfabetizadas pela modalidade do EJA no sítio Caroá/PE;

Visto que, a dificuldade em ter acesso a essa modalidade é grande, devido à falta de atenção por parte dos municípios, pois, a prioridade é educação básica, é essa uma das grandes dificuldades que o alunado EJA enfrenta. Há uma grande procura para esta modalidade, o alunado vem crescendo a cada ano, a persistência em concluir seus estudos é bem maior que as dificuldades encontradas no caminho¹.

Com isso, as notas estatísticas têm por objetivo ser um instrumento inicial de divulgação com destaques relativos às informações de alunos (matrículas), docentes, escolas e gestores coletados no Censo Escolar da Educação Básica. Para ampliar o potencial de análise, o Inep também disponibiliza os microdados da pesquisa, a sinopse estatística e o resumo técnico com resultados mais detalhados. Assim, a principal pesquisa estatística da educação básica, o Censo Escolar coordenado pelo Inep e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de Educação, com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. O levantamento abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica: ensino regular, educação especial, EJA e educação profissional e tecnológica.

Apesar de a educação popular ter vivido seu clímax na década de 1960, de acordo com o autor Paulo Freire (2000), sua influência ainda se faz presente no Brasil e no mundo, no sistema de ideias políticas, econômicas, sociais e na prática de diversas organizações populares. Assim, para Brandão (2008), a educação popular não é uma escola pedagógica, nem uma proposta datada e situada em um tempo específico. Ela é uma vocação da educação, um instrumento político e cultural de força pedagógica a serviço das classes populares. Diante disso, Freire (2000, p. 15-16) diz que:

¹ De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica a qual é uma pesquisa que é realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008,

No Brasil e em outras áreas da América Latina, a Educação de Adultos viveu um processo de amadurecimento que vem transformando a compreensão que dela tínhamos poucos anos atrás. A Educação de Adultos é melhor percebida quando situamos hoje como Educação Popular [...] O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção da Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências tem a ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular. Não é possível que educadoras e educadores pensem apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não a EJA como educação popular... Podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. O que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades, nos campos, trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos. Nada pode escapar à curiosidade arguta dos educadores envolvidos na prática da educação popular.

Desse modo, é possível entender que a educação popular está presente em todos os lugares que possamos imaginar, bem como, no meio em que estamos inseridos, como em: reuniões de movimentos, grupos de mulheres, igrejas e etc.

A presente pesquisa assume um caráter qualitativo, pois considerando o pensamento de Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que os indivíduos usufruem. Ou ainda como afirmam Vieira e Zouain (2005) a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles, pois preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos composicionais do momento analisado.

Configura-se como uma pesquisa de campo, pois sabemos que a pesquisa qualitativa se preocupa com o ponto de vista, ou seja, considera, em primeira instância, a visão significativa do pesquisador, situando a proximidade do indivíduo, por exemplo, por meio da entrevista/questionário; (Knechtel, 2014). Para tanto, foram realizadas entrevistas² com 04 (quatro) mulheres estudantes do EJA, do Ensino Fundamental anos finais, e participantes do grupo “Mulheres Guerreiras Pernambucanas” da comunidade do Sítio Caroá/PE.

A pesquisa se deu no período de fevereiro à maio, do corrente ano, com as seguintes fases: (a) contato com a turma do EJA; (b) com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco; (c) com a Direção da Escola Municipal Judite Bezerra da Silva

² Serão usados nomes fictícios para as entrevistas, preservando a identidade pessoal dos participantes da pesquisa, conforme informado nos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - assinado por todos.

e (d) com os próprios alunos e alunas da turma. Cabe aqui destacar, de início, que minha presença nesse universo pesquisado caminha na fronteira entre o interesse de pesquisadora e o de professora das turmas de EJA do Ensino Fundamental Anos Iniciais dessa escola. Pois, atuei como professora regente da turma na referida escola onde fui muito bem recebida e pude ver de perto toda a realidade de cada educando/a. Com isso, obtive de conhecimentos e contribuições essenciais para minha formação e futura profissão. Foram momentos de muito aprendizado para mim enquanto estudante de ensino superior, pois, pude exercer e contribuir com a educação e aprendizado de cada um/a.

A definição desse corpus se deu por conta da curiosidade em verificar qual o verdadeiro impacto da formação escolar na modalidade (EJA), caracterizando a vida das mulheres agricultoras do Sítio Caroá do Município de Iguaracy no estado de Pernambuco, identificando/analizando o processo de formação escolar através dessa modalidade tão significativa na região.

Além disso, foi feita uma análise da proposta curricular do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), procurando identificar como se dá a formação dessas mulheres específicas, examinando o impacto da (EJA) no empoderamento e nas vivências escolares e pessoais dessas mulheres ao passo em que será descrito o processo de participação delas enquanto sujeitos alfabetizados pela respectiva modalidade.

O *locus* da pesquisa foi a Escola Municipal Professora Judite Bezerra da Silva, que oferece o Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos; o Ensino Fundamental está organizado em ciclos e Anos Iniciais e Finais, sendo a carga horária mínima do ano letivo de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um número mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

Esta instituição de ensino, têm suas origens enraizadas através de lutas em busca de garantir direitos e garantias para os seus cidadãos, tendo como primeira conquista o terreno e a construção do prédio, onde funcionava a antiga escola municipal Joaquim Alves de Freitas, que nos dias atuais pertence a rede estadual de ensino, o nome Escola Municipal Professora Judite Bezerra, vem a partir da homenagem para a professora Judite Bezerra da Silva a qual lecionava antes mesmo de existir escolas em Jabitacá de forma gratuita em diversos locais sendo natural do distrito. A escola municipal Professora Judite Bezerra da Silva considerada de médio porte é localizada no distrito de Jabitacá-Iguaracy-PE pertencente a rede municipal de ensino deste município, é jurisdicionada a Gerência Regional do Sertão do alto Pajeú e foi fundada em 03 de novembro de 2005 tendo o seu

funcionamento a partir da Portaria nº 7423 cadastros m-555-074, com publicação Diário Oficial da União em 29.11.2005.

O público de estudantes do EJA dessa turma nessa escola é composto por 14 pessoas dentre elas homens e mulheres com faixa etária de 31 a 65 anos de idade, algumas dessas mulheres são casadas, outras viúvas e solteiras, essas mulheres também são participantes do grupo de mulheres denominado Mulheres Guerreiras Pernambucanas, situado no Sítio Caroá, zona rural do município de Iguaracy/PE. O grupo de mulheres é composto por 15 mulheres com faixa etária de 18 a 69 anos de idade. As mulheres que compõem o grupo bem como a EJA são agricultoras, algumas residem na própria localidade e outras em localidades vizinhas incluindo mulheres dos dois estados Pernambuco e Paraíba. O grupo atualmente trabalha com a produção de sabonete líquido artesanal de aroeira, o qual gera uma renda extra para essas mulheres.

A comunidade escolar apresenta um corpo discente heterogêneo, proveniente de famílias de baixo renda, oriunda da zona rural, onde os pais exercem atividades agrícolas. O corpo discente é constituído por 303 (quatrocentos e noventa e cinco) alunos, sendo 65% residentes na própria comunidade e 35% residentes em áreas mais distantes, os quais utilizam o transporte escolar. (Judite Bezerra da Silva. Projeto Político Pedagógico. Jabitacá, 2024).

Foi através de movimentos de mulheres que muitas conheceram seus direitos como cidadãs e foram assim em busca deles, dentre eles o de voltar à escola. Sabemos o quão difícil é a vida das mulheres e principalmente quando são moradoras e agricultoras rurais. Com isso o presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: 1. Introdução; 2. A Educação de Jovens e Adultos: percurso histórico, legislação, concepções e princípios; 3. A EJA como transformação humana e social: mulher, educação e trabalho; 4. Educação para transformação: o papel do EJA na vida das educandas; 5. As mulheres do Caroá: trajetórias e memórias escolares, 6. Conclusão; 7. Referências; 8. Apêndices.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERCURSO HISTÓRICO, LEGISLAÇÃO, CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS

Sabemos que a luta por uma educação de qualidade é constante e marca registrada no nosso país. Aqueles que precisaram parar seus estudos por inúmeros motivos, tais como questões pessoais, sociais, econômicas, psicológicas e estruturais, a questão posta não é apenas de qualificação, mas de existência do ser como processo formativo do sujeito no mundo. Para estes, as dificuldades são muitas até hoje como oportunidade de voltar ao mundo da educação como meio e/ou fim de um processo de inserção na sociedade e de transformação de vida pessoal e social. Precisamos observar com cuidado e criticidade o cenário atual formativo na educação de pessoas que deixaram para trás a escola, e hoje buscam acreditar e encontrar soluções e respostas para seu desenvolvimento humano. Para tanto, gostaríamos de observar os dados oficiais que expõem o perfil e quadro da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil.

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica (2024), realizado, anualmente, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, é possível perceber o cenário brasileiro sobre as diferentes etapas e modalidades da educação básica, tais como: ensino regular; educação especial; Educação de Jovens e Adultos (EJA); e educação profissional e tecnológica.

Com isso, nos dados abaixo é possível observarmos como se desenvolve as turmas de EJA no Brasil e nos demais estados e municípios.

BRASIL

BRASIL EJA PRESENCIAL	FUNDAMENTAL	MÉDIO
Estadual urbana	165.119	585.828
Estadual rural	30.519	51.893
Municipal urbana	605.467	5.181
Municipal rural	380.523	562
Estadual e Municipal	1.181.628	643.464

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica 2024.

PERNAMBUCO

EJA PRESENCIAL	FUNDAMENTAL	MÉDIO
Estadual urbana	11.412	41.263
Estadual rural	5.877	5.912
Municipal urbana	37.971	107
Municipal rural	13.678	0
Estadual e Municipal	68.938	47.282

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica 2024.

IGUARACY

EJA PRESENCIAL	FUNDAMENTAL	MÉDIO
Estadual urbana	0	40
Estadual rural	0	24
Municipal urbana	31	0
Municipal rural	22	0
Estadual e Municipal	53	64

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica 2024.

Os resultados acima, descritos, referem-se à matrícula inicial na Educação de Jovens e Adultos na modalidade presencial no Ensino Fundamental e Médio (incluindo também a EJA integrada à educação profissional), das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais e o total de matrículas nessas redes de ensino.

As notas estatísticas têm por objetivo ser um instrumento inicial de divulgação com destaques relativos às informações de alunos (matrículas), docentes, escolas e gestores coletados no censo. Para ampliar o potencial de análise, o Inep também disponibiliza os microdados da pesquisa, a sinopse estatística e o resumo técnico com resultados mais detalhados. Será sob a égide desses dados oficiais que iremos construir o perfil da população estudada neste trabalho (Brasil, 2024).

Ainda sobre a dimensão da legalidade sobre o tema da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Art. 71 do Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, apresentava que quando uma escola do 2º grau tivesse dois professores, seriam obrigados de forma alternada oferecer aos adultos a instrução primária duas vezes por semana, nas horas livres, ou seja, domingos ou dias santos. Os adultos seriam responsáveis de se

apresentarem aos professores (Brasil, 1854). O decreto em questão não visava estabelecer uma instituição de ensino exclusiva para adultos, mas sim oferecer aulas de matérias da instrução primária, que seriam ministradas em horários de tempo livre, tanto para os adultos quanto para os docentes. A pergunta que destacamos e faz parte das reflexões que acompanham o tema aqui elencado é: será que esta oferta, neste modelo proposto, seria o bastante para resolver o índice de analfabetismo no Brasil?

Costa e Machado (2017, p. 26) complementam que “[...] nossa experiência histórica foi marcada pela discriminação e exclusão do direito aos denominados bens humanos, sobretudo no campo educacional”. Esta exclusão trouxe inúmeras consequências significativas para o sistema educacional brasileiro, dando ênfase a formação de um contingente expressivo de brasileiros sem acesso à instrução escolar formal. Diante disso, é possível notar que, os impactos dessa exclusão não estão presentes somente no que diz respeito a educação, mas também quando se trata da formação social, política e pessoal do indivíduo/a, os tornando assim sujeitos alienados

Diante a Proclamação da República no ano de 1889, dava-se início a um novo cenário no que se refere a educação de adultos, com outras exigências políticas, sociais e econômicas, mesmo que de forma lenta, proporcionou uma valorização no que se refere a educação dos adultos. Para Cunha (1999), esta valorização estava relacionada a diferentes pontos de vista. Vejamos a seguir:

Processo de valorização de jovens e adultos

Valorização da EJA			
Aquisição da língua falada e escrita para o domínio das técnicas de produção.	Meio de progresso do país.	Instrumento de ascensão social.	Ampliação da base de votos.

Quadro 1 - Valorização da EJA / Fonte: Adaptado de Cunha (1999) *apud* Cordeiro; Brito; Souza, (2021).

O quadro nos aponta quatro questões que estão relacionadas ao processo de valorização de jovens e adultos nas primeiras décadas do século XX, podemos observar que está valorização representa vários interesses, menos com o sujeito partícipe do

processo educacional, mas com o desenvolvimento do mercado de trabalho, além de desenvolver questões políticas e sociais que possam interessar a classe política do país.

Já no período após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), um novo discurso foi formado no âmbito educacional para a nação, justificando-se a urgência de avançar em uma população letrada, seja ela qual for, como apoio à reconstrução da nação, de uma cultura de paz, e da harmonia social desejada. Observa-se nesses dois momentos históricos duas razões que julgam a educação como pilar econômico e civilizatório do país, sendo assim um instrumento de ajustamento daqueles desnivelados e/ou inadaptados ao curso da história de uma nação: os jovens e adultos fora da escola.

Somente na Constituição Brasileira de 1934 que surgiu, pela primeira vez, o reconhecimento da educação como direito de todos. Com relação aos jovens e adultos, o Art. 150 cita o “ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos” (Brasil, 1934). Isso significa que o **adulto tem direito à educação e é responsabilidade do Estado a oferta do ensino primário para este público, de forma gratuita**. Isso implica dizer que, o adulto possui direito inalienável com relação à educação, e que é dever e responsabilidade do Estado oferecer ensino primário gratuito para toda essa população, assim, estará garantindo o acesso equitativo à educação básica.

Para nos ajudar a pensar tal problemática no cenário educacional brasileiro, tomaremos como referência teórica, dentre alguns autores da área da educação, a obra de Paulo Freire, essencialmente, os ensinamentos dos seus princípios e conceitos sobre educação de Jovens e Adultos. Como norte, buscaremos abordar a obra freiriana em sua dimensão antropológica, filosófica, social, econômica e cultural de referência ao ser humano.

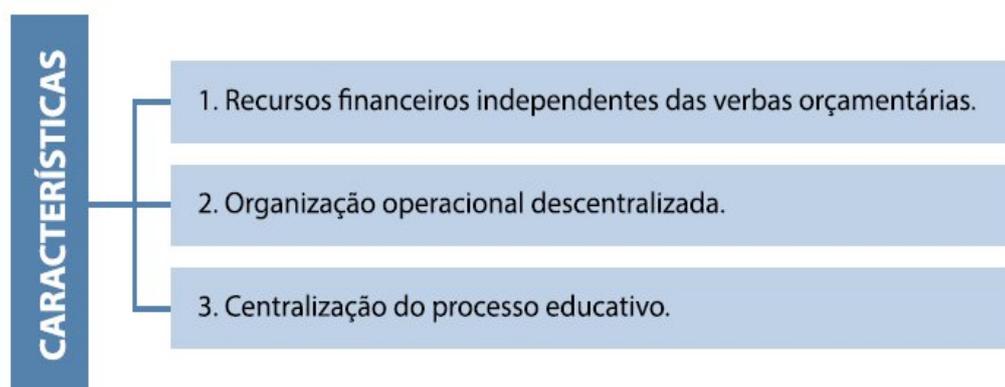
Paulo Freire compreendia o analfabetismo como uma consequência direta de um sistema social excludente, inerentemente não igualitário. Sua proposta educacional, pautada na perspectiva libertadora, visava despertar a consciência crítica e política dos oprimidos, com o objetivo de emancipá-los do poder opressor do sistema capitalista, manifestado nos órgãos estatais, incluindo dentre eles a 'educação bancária' vigente no país. Retornaremos à análise da obra deste autor em momentos posteriores deste trabalho.

Nesse sentido, foi na década de 1960 que a educação de jovens e adultos passou a ser entendida no sentido de educação popular. Este tipo de educação obteve uma maior valorização, por conseguinte dois motivos: o primeiro motivo está relacionado ao trabalho de alguns idealizadores da educação que **inseriram a educação nos debates políticos**. O segundo aspecto diz respeito à **organização popular** em si. Conforme Souza (2012),

a partir da segunda metade do século XX, se observou uma significativa mudança no cenário educacional marcando assim, um novo paradigma na abordagem da educação de jovens e adultos. “inicia a valorização social e política da educação de jovens e adultos no Brasil, incluindo o âmbito governamental e sociedade civil organizada”.

Retomaremos a análise da evolução legislativa no Brasil com a Constituição de 1967. Esta Constituição irá manter a educação como direito de todos, só que incluindo a obrigatoriedade da escola até os 14 anos (Brasil, 1967). Ao se estabelecer a idade de 14 anos, faixa etária esta que corresponde aos adolescentes, observa-se a necessidade de uma nova categorização, a qual passasse a incluir os jovens, destacando-se assim a importância de uma abordagem educacional específica para atender as necessidades e interesses dessa faixa etária.

É neste mesmo ano, 1967 que, a Lei nº 5.379 em seu Art. 4º autoriza a criação de uma fundação, denominada **Movimento Brasileiro de Alfabetização**, o MOBRAL (Brasil, 1967). O objetivo para a criação do MOBRAL era de erradicar o analfabetismo bem como também uma resposta do governo aos movimentos populares no país. O MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi criado com duplo objetivo: primeiro o de erradicar o analfabetismo, e o segundo seria responder às demandas dos movimentos populares no país. A seguir, são apresentadas as principais características deste movimento (figura 1).



Fonte: Adaptado de Leite (2013) apud Cordeiro; Brito; Souza, (2021).

A primeira característica refere-se à **autonomia financeira**. A segunda diz respeito à **descentralização**, ou seja, o MOBRAL era responsabilidade dos municípios, por meio de comissões municipais. Já o terceiro atributo ocorria por meio de uma

administração pedagógica, responsável por todo o processo pedagógico, como planejamento, produção de material, avaliação e treinamento de pessoas (Leite, 2013).

O MOBREAL foi um programa de abrangência nacional implementado em nível municipal, o mesmo reintegrou a mentalidade de que o analfabetismo seria a causa do não desenvolvimento material do Brasil. O programa foi extinto em 1985, dando assim lugar à **Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos**, a Fundação Educar, a qual foi extinta por volta do ano de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello.

Logo após o fim do programa MOBREAL, na década de 1970, aconteceu a promulgação da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, a Lei nº 5.692 de 1971, que revogou a Lei nº 4.024. vale ressaltar que, meu intuito aqui é abordar a educação de jovens e adultos, é relevante destacarmos as disposições específicas contidas na Lei nº 5.692/71 com relação a educação para este público. Foi então, a partir da Lei nº 5.692/71, instituído o ensino SUPLETIVO, o qual obtinha normas específicas, as quais foram organizados em um capítulo exclusivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sendo este o capítulo IV, o mesmo é composto por cinco artigos, que abordam aspectos específicos do ensino supletivo, conforme será discutido a seguir.

No Art. 24, (Brasil, 1971), é possível observar que a finalidade do **Ensino Supletivo** é “suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria”. Já o Art. 25, contemplava a “iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional” (Brasil, 1971), e no § 2º do mesmo Artigo há a referência de como o ensino será ministrado, ou seja, em classes ou por meio da educação à distância (rádio, televisão, correspondência) e outros meios de comunicação que favorece o alcance de maior número de alunos (Brasil, 1971). Já no que diz respeito aos **Exames Supletivos** compreendiam, como expõe o Art. 27 da referida Lei, a parte do currículo de núcleo comum, firmado pelo Conselho Federal de Educação (Brasil, 1971). Diante disso, quem poderia fazer o **Ensino Supletivo**? É o § 1º do Art. 27 que nos traz a resposta: para conclusão do 1º grau (hoje Ensino Fundamental) poderiam fazer os maiores de 18 anos. Para conclusão do 2º grau (hoje Ensino Médio) os maiores de 21 anos (Brasil, 1971).

A Lei nº 5.692/71 (a LDB da época, especificamente, no que tange a Formação de Jovens e Adultos) ocorreu em um contexto com demandas específicas, ou seja, refere-se à qualificação da mão de obra dos trabalhadores, refletindo a necessidade de uma mão de obra com mais capacidade e eficiência para atender as exigências e necessidades do mercado de trabalho daquela época. Pautando-se o ensino, na formação técnica a qual

atenderia aos interesses do mercado de trabalho. Nessa circunstância, o Ensino Supletivo, criado pela LDB, fazia todo sentido, compensava estudar. Contudo, Costa e Machado (2017), complementam que:

As políticas desenvolvidas nas décadas de 1960 (MOBRAL) e 1970 (Ensino Supletivo) marcaram a presença da União na educação de jovens e adultos, seja pelo encaminhamento ideológico nas reformas do ensino, seja pela utilização dos recursos públicos para sua efetivação.

No entanto, vale ressaltar que o programa **MOBRAL** era desenvolvido especificamente em municípios parceiros. Já o **ENSINO SUPLETIVO** era de inteira responsabilidade dos Estados, contudo, ambas políticas educacionais se afastaram significativamente das ideias de Paulo Freire, o qual defendia a educação como um meio de libertação dos indivíduos do poder opressor.

Até aqui, foi possível observar do marco legal da educação dos jovens e adultos no país que não se buscou reduzir as desigualdades sociais e educacionais de grande parte da população brasileira. Diante do analfabetismo, foi possível observar algumas iniciativas, programas e ações para o público adulto, com cursos noturnos, etc. e, logo após, no Ensino Supletivo, nenhum deles perto de definir o que seria a Educação de Jovens e Adultos que rompesse a barreira do analfabetismo. Vale destacar que, segundo Moura; Ventura, (2018, p. 333):

[...] historicamente, a Educação de Jovens e Adultos tem sido vista como sinônimo de erradicação do analfabetismo em nosso país. Considerado como um “mal”, o analfabetismo precisava ser sanado através de amplas campanhas emergenciais.

Podemos ver que o problema não é o direito do cidadão a educação, o grande problema que até aqui enfatizado é o alto índice de analfabetismo no Brasil.

A década de 1980 marcou um período de significativa redemocratização no Brasil, o qual foi caracterizado por intensas lutas e conquistas, que culminaram na promulgação da Constituição Federal de 1988. Essa Carta Magna, que ainda norteia a sociedade brasileira contemporânea, representou um marco importante na história educacional do país. A educação de jovens e adultos só passou a ser responsabilidade compartilhada entre municípios e estados, após o fim do regime militar, e foi aí que a educação começou a ser concebida como um direito inalienável do cidadão, independentemente de sua idade.

A Constituição de 1988 apresenta no Art. 5º igualdade de direitos perante a Lei e o Art. 208, define a responsabilidade do Estado com a educação (BRASIL, 1988).

Complementa, ainda, por meio do inciso I do Art. 208 que a oferta da educação aos alunos que não tiveram acesso na idade própria deverá ser gratuita (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 59, de 2009).

Assim, o que a lei preconiza é dar ao sujeito o seu direito à educação e sua efetiva participação na vida política, social, econômica e cultural do país. Foi a partir da constituição que a ideia de educação para todos passa a ganhar força e legitimidade, garantindo assim aos indivíduos o acesso à educação de qualidade, independentemente de sua idade, sua origem social ou até mesmo de sua condição econômica. Diante disso, Capucho (2012, p. 23) enfatiza que:

Jovens, adultos(as), idosos(as) precisam ser reconhecidos(as) como sujeitos de direito, pois, em virtude das situações de desigualdade presentes na sociedade brasileira, a ausência do Estado na garantia dos direitos, lhes foi negado o direito à educação no passado, e lhes é dificultado no presente. O que valida a reivindicação de caráter afirmativos às políticas destinadas a essa população, com vistas a universalizar a educação em nosso país, ou seja, as políticas públicas precisam focar medidas especiais e emergenciais com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas.

Ainda assim, com as leis, com políticas públicas desenvolvidas para atender a demanda da educação do adulto, podemos ver que ainda há desigualdades presentes na nossa sociedade e que estas políticas públicas precisam focar em medidas especiais para atender este público, ou seja, esta demanda.

A década seguinte à Constituição Federal, 1990, vem marcada por inúmeras iniciativas e programas do Governo Federal para sobrelevar o analfabetismo. Esta é a década da promulgação da atual **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDBEN), a Lei de nº 9.394 de 1996. Esta Lei reitera no Art. 4º os direitos à educação dos jovens e adultos e a responsabilidade do Estado na oferta do ensino de forma gratuita (Brasil, 1996).

A Lei nº 9.394/96 insere em seu contexto a educação de jovens e adultos como uma modalidade da educação básica pertencentes aos ensinos fundamental e médio. Ao estabelecer de tal maneira, pressupõe o indicativo de romper a concepção de educação assistencialista e compensatória que marcou a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Brasil, 1996).

Passaremos agora a analisar os artigos 37 e 38 da Lei supracitada. O Art. 37 da Lei 9.394/9 em sua primeira versão expõe que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos

fundamental e médio na idade própria” (Brasil, 1996). A Lei nº 13.632, de 2018 mantém essa redação e acrescenta: “*e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida*” (Brasil, 2018). Já em 2024, irá dizer que:

O Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos foi instituído pelo Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024. O Pacto tem como objetivo: Superar o analfabetismo, elevar a escolaridade, ampliar a oferta de matrículas da EJA, Aumentar a oferta da EJA integrada à educação profissional. (Brasil, 2024)

Além disso, a Constituição Federal de 1988 destaca a importância de considerar a aprendizagem como um processo contínuo e ao longo da vida, reconhecendo que a educação não se limita a uma etapa específica da vida, mas sim se estende por toda a existência, valorizando a ideia de educação permanente e contínua, que esteja em transformação, mas nunca restrita a etapas específicas do sujeito. Com isso, foi negado o direito à educação a essa modalidade os quais não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade que era entendida como “correta” ou “apropriada”. Termo esse utilizado pela Constituição Federal de 1988 (Art. 208) e se repete na Lei nº 9.394/96 (Art. 37).

O Art. 38 da Lei nº 9.394/96 diz respeito a como os exames serão realizados estabelece a idade mínima para ingressar nesta modalidade de educação (BRASIL, 1996a). Desse modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 no uso de suas atribuições altera a Lei nº 5.692/71. Valendo ressaltar que o 1º grau corresponde atualmente ao Ensino Fundamental e o 2º grau é equivalente ao Ensino Médio.

A instituição do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), por meio da Lei nº 9.424/1996, representou um marco importante na política educacional brasileira. Conforme estabelecido no Art. 1º, o FUNDEF foi criado em cada estado e no Distrito Federal, com natureza contábil, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1998.

No entanto, é importante notar que o FUNDEF direcionou recursos exclusivamente para o Ensino Fundamental, abrangendo alunos de 7 a 14 anos de idade. Conseqüentemente, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi excluída da agenda de recursos do FUNDEF, perpetuando a histórica desigualdade de acesso a recursos e investimentos para essa modalidade de ensino.

Posteriormente, o FUNDEF foi substituído pelo **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (FUNDEB)**, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007. Conforme

estabelecido no Art. 2º, os recursos do FUNDEB são destinados à manutenção e ao desenvolvimento da Educação Básica pública, bem como à valorização dos trabalhadores em educação (Brasil, 2007).

Diferentemente do FUNDEF, o FUNDEB abrange uma maior amplitude de modalidades educacionais, incluindo a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e, notadamente, a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Embora a participação da EJA nos recursos do FUNDEB seja ainda limitada, essa inclusão representa um avanço significativo em relação à política anterior.

O Art. 36 da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB) define as ponderações para o primeiro ano de vigência do Fundeb, que, no caso da EJA foi fixado conforme o inciso XIV em 0,70 (setenta centésimos) (Brasil, 2007). Essas ponderações sobre a EJA foram alvo de críticas, pois poderiam incentivar os gestores a não expandir a oferta de vagas para essa modalidade, perpetuando a histórica desvalorização da educação de jovens e adultos. Isso poderia reforçar a exclusão e a desigualdade de acesso à educação, agravando as já existentes barreiras que afetam essa população. Desse modo, Carvalho (2014), diz que:

A inclusão do financiamento da EJA no FUNDEB foi aspecto positivo, comparado ao anterior que excluía esta modalidade, mas apesar de as verbas terem aumentado, não constituiu um aporte ideal para atender com qualidade social do público de jovens e adultos.

Fato este que contribui para o afastamento de muitos jovens e adultos do âmbito escolar. Mantendo assim, os altos índices desta parcela da população sem o conhecimento e o domínio das habilidades básicas, bem como: leitura, escrita e noções matemáticas.

Outro documento fundamental para esta discussão sobre a educação de jovens e adultos é o Parecer CNE/CBE nº 11, de 2000. Este documento trata a EJA como uma modalidade da Educação Básica, destacando suas finalidades e funções específicas. Nesse contexto, o parecer CNE/CBE nº 11/2000 enfatiza a importância das seguintes funções da EJA: **Reparadora:** a qual visa reparar as oportunidades educacionais perdidas ou não aproveitadas sejam elas relacionadas a educação, lazer, saúde, moradia etc.; **Equalizadora:** busca equalizar as desigualdades educacionais e sociais; e por fim, **Qualificadora:** seu principal objetivo é de qualificar os jovens e adultos para o mundo do trabalho e para a cidadania ativa. Essas importantes funções destacam a relevância da EJA na promoção da inclusão educacional e social.

O Parecer de nº 11 de 2000, orienta a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a Resolução nº 1 de 2000, que em seu

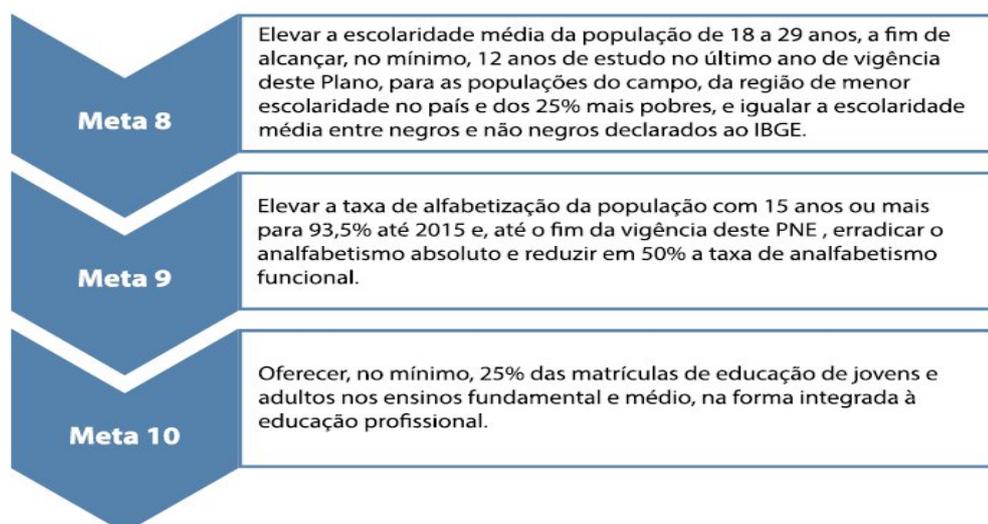
Art. 2º “abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [...]” (BRASIL, 2000).

Desse modo, a Resolução CNE/CEB nº 11/2000 se configura como um documento orientador fundamental para os sistemas de ensino que oferecem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Além disso, também serve como referencial pedagógico opcional para iniciativas da sociedade civil que buscam organizar programas de educação voltados para jovens e adultos, promovendo uma abordagem integral e de qualidade na educação dessa população.

Contudo, diante alguns diálogos, foram levantadas questões em torno do documento as quais foram pauta de debate nos Fóruns de educação de jovens e adultos nos anos 2000, estas questões exigiam a elaboração de um documento operacional para deixar claro tais questões, a **Resolução CNE/CEB nº 3 de 2010**.

Diante disso, Costa e Machado (2017), afirmam que se formou um intenso debate com relação à responsabilidade da escolarização de adolescentes até 17 anos para matrícula na EJA. Com isso, estas discussões foram cruciais para nortear a elaboração do **Plano Nacional de Educação (PNE)** o qual teve sua primeira versão publicada em 2001, mas para nossa análise vamos verificar o **Plano Nacional de Educação** regulamentado na Lei nº 13.005 de 2014, com vigência até 2024.

Assim, para este diálogo, utilizaremos as metas relacionadas à educação de jovens e adultos, que são as metas 8, 9 e 10. Assim, Costa e Machado (2017), acrescentam que “as metas específicas do público da EJA somente serão compreendidas no contexto das metas denominadas de estruturantes, pois, estão interligadas”. Em outras palavras, é fundamental que a Educação de Jovens e Adultos seja considerada de forma integrada e holística, inserida no contexto mais amplo do sistema educacional brasileiro, evitando abordagens fragmentadas e isoladas. Isso permite uma compreensão mais profunda das necessidades e desafios específicos dessa modalidade educacional. Vamos analisar as metas específicas da EJA. **Figura 2 - Metas do PNE/:**



Fonte: Adaptado de Brasil (2014) apud.

De acordo, com Costa e Machado (2017, p.91) para que estas metas se concretizem na prática, precisa-se pôr em prática “[...] a opção política, pedagógica e administrativa pelo currículo integrado, a qual [...] exige condições de infraestrutura e profissionais preparados para atuar nessa modalidade integrada”.

Além de garantir a inclusão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em documentos oficiais, é fundamental promover a divulgação desta modalidade educacional, tornando-a acessível e conhecida por todos, especialmente por aqueles que mais precisam, como trabalhadores, donas de casa, desempregados, pessoas em situação de privação ou restrição de liberdade.

Não basta apenas oferecer vagas na EJA; é necessário criar condições para que os estudantes permaneçam na escola e recebam uma educação de qualidade. Isso inclui garantir infraestrutura adequada, materiais didáticos, professores qualificados e um ambiente de aprendizado acolhedor e inclusivo. Dessa forma, a EJA pode se tornar uma ferramenta eficaz para promover a inclusão social, a cidadania ativa e o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens e adultos brasileiros.

Desse modo, a educação de Jovens e Adultos sempre foi símbolo de luta e muita resistência, por isso, é dever dos municípios, Estados e União garantir a oferta da educação básica também para os jovens e adultos do campo, os quais não tiveram acesso ou até mesmo não concluíram a mesma na idade prevista por lei. Observemos o que diz a LDB a esse respeito:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade

própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (Brasil, 1996).

Diante deste artigo, um dos pontos que nos chamam a atenção é que as leis garantem que o alunado EJA tem todo direito de frequentar a escola, mas muitas vezes vemos que as leis não saem do papel, ou que quando chegam aos municípios não dão prioridade a este público, pois percebe-se que, para frequentarem a escola precisam de transporte para se deslocar de suas casas até a escola, mas muitas vezes o município não quer arcar com tal custo, pois age como se a EJA não fosse importante para o município.

Ao longo da história, diversas iniciativas foram implementadas com o propósito de democratizar o acesso à educação, erradicar o analfabetismo e combater o analfabetismo funcional. Contudo, é notório que tais medidas se mostraram insuficientes para promover uma transformação significativa no panorama educacional, especialmente em relação à parcela da população brasileira com mais de 15 anos de idade que permanece sem escolarização ou apresenta escolaridade deficiente. Superar os desafios relativos à educação de jovens e adultos de qualidade constitui uma tarefa complexa, que exige a integração de políticas públicas eficazes e a garantia dos direitos sociais fundamentais. A educação, enquanto direito inalienável, é assegurada pela legislação brasileira e deve ser compreendida de forma indissociável dos demais direitos sociais.

A educação de jovens e adultos tem sido abordada de diferentes maneiras ao longo da história, ora como ensino noturno, ora como ensino supletivo, e atualmente, é reconhecida como uma modalidade da educação básica. Contudo, é imprescindível ir além das políticas compensatórias e simplistas.

O convite que se faz é para que se compreenda o processo de construção das políticas públicas voltadas para este público e como estas nortearam as diretrizes que orientam a organização do ensino para jovens e adultos. É fundamental reconhecer que estes indivíduos são sujeitos plenos do direito à educação, à fruição de direitos sociais, bem como ao exercício da democracia e da cidadania. Esses direitos, portanto, não devem permanecer meramente no plano formal, mas devem ser efetivamente concretizados.

Essa trajetória histórica e jurídica da EJA no Brasil nos leva a refletir sobre as desigualdades e os desafios que ainda persistem na educação brasileira. No próximo capítulo, vamos explorar um tema específico que se insere nesse contexto: **A EJA como transformação humana e social: mulher, educação e trabalho**; como as mulheres foram impactadas pelas transformações da EJA ao longo da história? Quais são os desafios e as conquistas que elas enfrentaram e enfrentam ainda hoje?"

3 A EJA COMO TRANSFORMAÇÃO HUMANA E SOCIAL: MULHER, EDUCAÇÃO E TRABALHO

De acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população brasileira em 1º de agosto de 2022 era de 203.080.756 habitantes. Aponta também que o Brasil tem 6,0 milhões de mulheres a mais do que homens. A população brasileira é composta por cerca de **104,5 milhões de mulheres** e **98,5 milhões de homens**, o que, respectivamente, corresponde a **51,5%** de mulheres e **48,5%** de homens da população residente no país, sendo que, 87,4% desta população brasileira vivia em áreas urbanas, enquanto 12,6% vivia em áreas rurais.

Conforme os resultados do Censo Demográfico de 2022, dos 163 milhões de pessoas de 15 anos ou mais de idade, 151,5 milhões sabiam ler e escrever um bilhete simples e 11,4 milhões não sabiam. Isso representa uma taxa de alfabetização de 93,0% e de analfabetismo de 7,0% para esse grupo. No Censo 2010, as taxas de alfabetização e de analfabetismo eram de 90,4% e 9,6%, respectivamente, (Brasil, 2022).

O tema é investigado desde o primeiro Censo do Brasil, em 1872. Em 1940, menos da metade da população sabia ler e escrever (44,0%).

As menores taxas de analfabetismo foram observadas entre as pessoas de cor ou raça branca e amarela com 15 anos ou mais de idade, sendo 4,3% e 2,5%, respectivamente. Por outro lado, entre aqueles do mesmo grupo etário, as pessoas de cor ou raça preta, parda e indígena apresentaram taxas de analfabetismo de 10,1%, 8,8% e 16,1%, respectivamente.

Isso indica que as taxas de analfabetismo entre pretos e pardos são mais que o dobro das observadas entre os brancos, e a taxa entre os indígenas é quase quatro vezes maior. Porém, entre 2010 e 2022, a diferença entre as taxas de analfabetismo de brancos e pretos diminuiu de 8,5 para 5,8 pontos percentuais. A vantagem dos brancos em relação aos pardos também foi reduzida, passando de 7,1 para 4,3 pontos percentuais. Para os indígenas, a diferença caiu de 17,4 para 11,7 pontos percentuais.

Taxa de alfabetização e de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, no Brasil (%)

de 1940 a 2022



Fonte: Censo Demográfico 2022: Educação - Primeiros Resultados do Universo



De acordo com a figura acima, podemos observar que a taxa de analfabetismo diminuiu em todas as faixas etárias. Em 2022, o grupo mais jovem, de 15 a 19 anos, registrou a menor taxa de analfabetismo um percentual de (1,5%), enquanto o grupo de 65 anos ou mais ainda apresentava a maior taxa com percentual de (20,3%). No entanto, podemos perceber uma grande diminuição entre este último grupo nas três décadas: a taxa caiu de 38,0% em 2000 para 29,4% em 2010 e para 20,3% em 2022, uma diminuição de 17,7 pontos percentuais desde 2000, representando uma queda de 46,7%.

Quando paramos para analisar as taxas de analfabetismo por idade e cor ou raça, é possível observar que as pessoas consideradas pretos e pardos alcançam valores superiores a 2% a partir da faixa etária de 25 a 34 anos, enquanto entre os brancos isso ocorre a partir dos 35 a 44 anos. A disparidade mais significativa entre indivíduos brancos e negros é encontrada no grupo etário de 65 anos ou mais, alcançando uma diferença de 20,9 pontos percentuais.

Diante o exposto, torna-se perceptível a predominância da população feminina brasileira, os números expostos nos mostram como é importante a Economia Social Solidária para o desenvolvimento no empoderamento das mulheres ajudando em seu desenvolvimento social. Assim Culti, (2004); Cruz; Cavalcante; Pessoa, (2013); Alves, (2014). Afirmam que:

A ESS, [Economia Social Solidária - sic] por sua vez, quando possibilita o agir coletivo torna-se uma alternativa para aqueles excluídos do mercado tradicional e, assim, permite também a transformação do papel das mulheres na sociedade ao possibilitar uma inclusão sociopolítica por meio do trabalho em conjunto, quebrando a dependência de alguém – percepção característica da posição da mulher na sociedade tradicional.

Com isso, a Economia Social Solidária (ESS) visa garantir os direitos das mulheres buscando a igualdade de gêneros entre ambos. Para Sánchez (2011), conhecer o perfil da situação da mulher na ESS é importante porque, a partir dos resultados obtidos, podem-se desenvolver ferramentas para o desenvolvimento profissional das mulheres, dentro de um modelo de gestão adequado a esse perfil, além de mostrar a preocupação da ESS com as mulheres tornando o movimento um referencial para que as mulheres participem. Dito tudo isto, cabe lembrar que a Meta 10 do PNE vigente faz menção à integralização do público do EJA com a formação profissional.

Sendo assim, no tocante a nossa pesquisa aqui realizada, destacam-se as mulheres participantes das turmas do EJA do município de Igaracy, do Estado de Pernambuco, que possuem características marcadamente rural, e atuam no campo da Economia Social Solidária como meio de sobrevivência, permanência e luta no campo.

Diante disso, podemos dizer que as mulheres das turmas do EJA, desse cenário, tratam-se de pessoas e estudantes que já trazem uma grande contribuição para a sociedade, não apenas por serem trabalhadoras agricultoras, mas pelo conjunto de ações significativas que exercem no ciclo de existência. No caso do currículo no Estado de Pernambuco (2021, p. 20 - 21)

Implementar o currículo para a Educação de Jovens e Adultos requer situá-lo historicamente, como também vislumbrar seus impactos nos processos pedagógicos e na formação dos(as) estudantes. Exige ainda a compreensão de que as práticas curriculares não se dão de forma isolada, mas têm relação com as dimensões social, econômica e cultural; e o reconhecimento de que a diversidade, inerente à modalidade, deve ser considerada nas interações pedagógicas.

Desse modo, não basta apenas implementar essa modalidade dentro dos grandes currículos e sim ir em busca do mais importante, o aluno/a, o trabalhador, o agricultor, a dona de casa enfim, ir em busca daqueles que importam. Não basta apenas divulgar editais com vagas na EJA, é fundamental ir ao encontro do público-alvo, adotando uma abordagem proativa e inclusiva. Semelhante ao que a música do cantor brasileiro Jorge Ben Jor sugere: "**ir aonde o povo está**", ou seja, seria viável buscar estratégias que visem antecipar as necessidades e problemas que envolvem esse público antes mesmo que esses problemas se tornem críticos.

A expressão "**ir aonde o povo está**" é chamado de **Ações Proativas**, aquelas que temos que ir em busca de divulgações em comunidades, realização de campanhas de divulgação em comunidades, bairros e locais frequentados pelo público-alvo. Buscar também, parcerias com organizações sejam elas governamentais e não governamentais, estabelecer parcerias com organizações que trabalham com o público-alvo, como associações de bairro, igrejas e grupos comunitários.

Também seria viável irmos de porta em porta, fizemos isso e deu muito certo, fomos em busca deles em suas próprias residências, em seu conforto. Foi justamente isso que fizemos, eu e mais dois colegas professores³, fomos em busca dessas pessoas para explicar que os mesmos tinham direito de frequentar a escola e tornar realidade os sonhos que foram adormecidos por anos.

Com isso, podemos também como professores ou interlocutores oferecer o que chamamos de **Abordagem personalizada**, a qual oferecer uma abordagem mais personalizada e acolhedora para os interessados, ajudando-os a entender melhor os benefícios e oportunidades da EJA.

Mais adiante com depoimentos das próprias estudantes poderemos entender melhor o que seria para cada uma delas os benefícios e oportunidades que a elas foram concedidos. Como por exemplo: se tornarem independentes, terem seu próprio negócio, sua própria renda e sem contar que se tornaram mulheres empoderadas e como disse uma das entrevistadas “não necessito de homem nenhum para colocar o sustento dentro da minha casa” (Entrevistada Cristiane, 44 anos) e que, segundo ela, isso só foi possível após sua inserção nas turmas de EJA. Ou seja, as aulas na EJA serviram para que essa mulher pudesse saber que não necessitamos de homem para sermos alguém melhor e termos nosso próprio negócio.

Com isso, podemos ver a importância de uma abordagem proativa, que visa aumentar a visibilidade da EJA e suas oportunidades entre o público-alvo, reduzir barreiras e obstáculos que possam impedir o acesso à EJA e, por fim, fomentar a inclusão e a diversidade na EJA, promovendo a igualdade de oportunidades.

³ Eu e meus dois colegas, éramos estudantes do curso de letras na UEPB, e fomos de porta em porta em busca de estudantes para assim conseguirmos abrir a turma, pois a secretária de educação só nos daria a turma se mostrássemos que tinha realmente os alunos. Fomos em busca deles/as com o objetivo de levar esperança para a vida daqueles/as que tinham sonhos adormecidos. Como diz o mestre da educação, Paulo Freire, “é preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar”. E foi justamente isso que fizemos, fomos em busca da realização do sonho dos mesmos, voltar a estudar.

Desse modo, podemos afirmar que a Educação de Jovens e Adultos exerce sobre nossa sociedade um papel considerado relevante. Além de ser um direito humano garantido pela Constituição, configura-se assim como uma modalidade inclusiva na perspectiva de assegurar que todos possam ter acesso à educação para além da reparação de uma dívida social. É nessa direção que o Currículo do Estado Pernambuco do Ensino Fundamental para a Educação de Jovens e Adultos cumpre as suas funções enquanto documento sistematizador e formador do conhecimento socialmente construído, no qual estudantes e professores (as) vivenciam suas práticas pedagógicas, valorizando as experiências vividas e ressignificando os conhecimentos prévios de cada educando.

Dessa maneira, este currículo que estamos nos referindo aqui trabalha alinhado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, por isso, traz como objetivo referente às modalidades de ensino, promover o desenvolvimento dos(as) estudantes em todas as suas dimensões (intelectual, cultural, social, física e emocional) por meio das práticas em sala de aula, apontando que a Educação Básica brasileira deve promover a formação e o desenvolvimento humano global dos(as) estudantes, para que sejam capazes de construir uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária. Isso só é possível através da garantia dos direitos de aprendizagens essenciais a cada um(a) dos(as) estudantes brasileiros(as) como objetivo primordial da sua trajetória escolar.

O trabalho com competências socioemocionais é fundamental na Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois os estudantes dessa modalidade têm experiências e responsabilidades únicas.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) demanda uma abordagem personalizada e adaptada às necessidades e características de seu público diversificado, considerando tanto os conteúdos trabalhados quanto as estratégias pedagógicas utilizadas em sala de aula.

3.1 Mulher, Educação e Trabalho

Os séculos XVIII e XIX foram marcados por profundas transformações no mundo ocidental, impulsionadas pelas sociedades europeias que estavam à frente do desenvolvimento do modelo capitalista. Durante esse período, ocorreram mudanças significativas em diversas áreas, incluindo: Revolução Industrial, o Desenvolvimento do capitalismo, a Urbanização e as Mudanças políticas e sociais.

No Brasil, o processo de industrialização, que se intensificou nos anos 30 do século XX, trouxe diversas mudanças significativas para a sociedade, dentre elas as transformações urbanas, no mundo do trabalho e na função da escola. A escola por sua vez, que antes era frequentada por uma elite de classe média alta, composta por homens brancos, passou a receber filhos de trabalhadores e adotou uma abordagem mais tecnicista e utilitária. Enquanto isso, as mulheres, especialmente das classes média e dominante, continuaram a ser associadas ao espaço privado do lar, mas começaram a ingressar no ambiente escolar como estudantes e professoras.

As mulheres da classe trabalhadora, independentemente da cor, enfrentaram barreiras significativas para acessar a educação formal. Mesmo as mulheres brancas da classe média começaram a conquistar espaço no mercado de trabalho, especialmente na educação, mas ainda enfrentando a dupla jornada de trabalho doméstico e profissional.

Além disso, a estrutura patriarcal da sociedade manteve o controle administrativo das escolas nas mãos masculinas, refletindo as desigualdades de gênero, classe e raça que permeiam a sociedade. Esse modelo patriarcal é caracterizado pelo machismo, autoritarismo e hierarquização vertical, que perpetua as desigualdades e limita as oportunidades para as mulheres e outros grupos marginalizados.

É fundamental reconhecer e questionar essas estruturas de poder para promover a igualdade e a justiça social. A educação pode ser um importante instrumento para desafiar essas desigualdades e promover a mudança social, mas é necessário que seja acessível e inclusiva para todos.

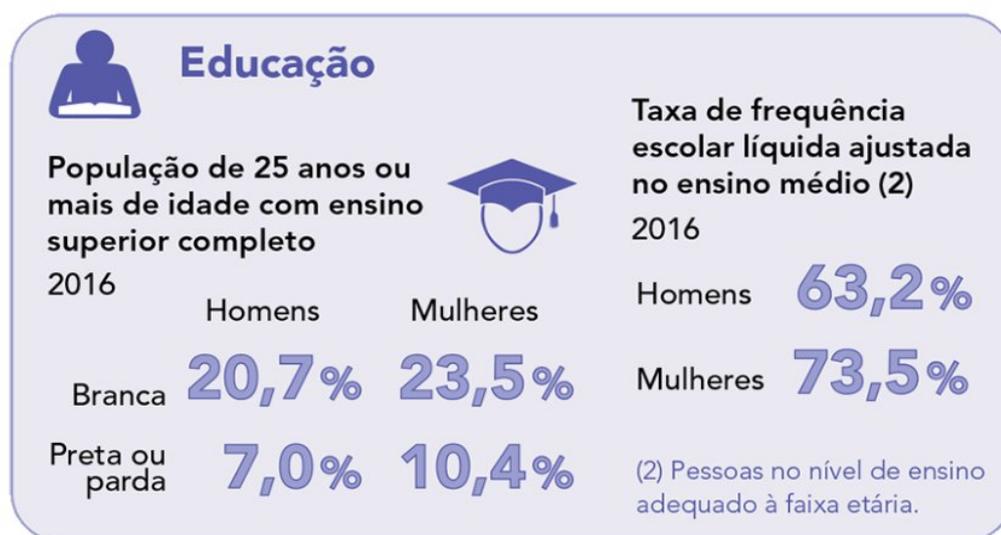
De acordo com os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2014), no que diz respeito a mulher e trabalho, demonstram que as mulheres são maioria nas escolas (68%), com cerca de 43 anos de idade e 16 anos de tempo de serviço. Entretanto, a partir do comparativo dos levantamentos nacionais, observa-se uma diminuição de mulheres na educação pública apontando para um aumento no número de homens no mercado de trabalho docente (78,4% em 2013 e 71% em 2016).

Nesse tocante, em 2022 com relação a educação, percebe-se um acréscimo no que se refere ao mercado de trabalho docente no Brasil, o público feminino se destacou como maioria em todos os níveis de ensino da educação básica. No ano de 2022, cerca de 79,2% dos docentes da educação básica eram mulheres, representando mais de 1,8 milhão de profissionais. Essa predominância é ainda maior na educação infantil, com 97,2% das professoras nas creches e 94,2% na pré-escola.

Muitos fatores como, por exemplo, acesso a escola, organização social e cultural, condições de trabalho e rede de apoio foram ferramentas essenciais para feminização do trabalho docente. De acordo com o IBGE, (2022):

O Brasil já superou o gargalo da educação, porque hoje as mulheres são mais escolarizadas do que os homens, mas isso ainda não está refletido no mercado de trabalho [...]. Ela está chegando mais escolarizada, então por que o rendimento ainda não está similar? Muito provavelmente ela está escolhendo ocupações que precisam de uma jornada de trabalho mais flexível porque ainda tem a carga de afazeres domésticos extremamente pesada.

Vejamos a figura a seguir:



Fonte: IBGE (2022)

Para Freire (2001), “a educação é um ato político que precisa estar associado à pedagogia e à questão do poder, pois por meio dela é reproduzida a ideologia dominante”. Nesse contexto, independentemente do período histórico considerado, inclusive em sociedades modernizadas, a educação não apenas reproduz, mas também incorpora as contradições inerentes à sociedade, incluindo a contestação da ideologia dominante, a qual é não apenas obscurecida, mas também sistematicamente negada.

Para Dejours (2012), “o trabalho é um modo específico de engajamento da personalidade para enfrentar uma tarefa definida por constrangimentos materiais e sociais”. Assim, o trabalho torna-se um campo complexo onde as normas prescritas e a prática real se encontram, e é nesse espaço que surgem contradições que podem afetar a saúde mental dos trabalhadores.

A relação entre o trabalhador e a organização do trabalho pode gerar conflitos psíquicos, especialmente quando há um descompasso entre o desejo de trabalhar de forma autônoma e criativa e a obrigação de seguir normas e regras rígidas. Isso pode levar a sentimento de frustração, alienação e esgotamento.

Além disso, a pressão para atender às expectativas da organização pode levar ao esmagamento do sujeito, que se sente obrigado a priorizar a produtividade e a eficiência em detrimento de sua própria saúde e bem-estar.

É fundamental, portanto, que as organizações e os gestores considerem a complexidade da relação entre o trabalhador e o trabalho e busquem criar ambientes de trabalho mais saudáveis e humanizados, que permitam aos trabalhadores desenvolver seu potencial e encontrar significado em seu trabalho.

Por sua vez, Freire (1987) considera o trabalho não somente como processo de subsistência, mas como via de transformação, de visibilização da relação entre as pessoas e suas relações de dominação.

Ao analisarmos o currículo voltado para a EJA, é possível observar que as competências e habilidades da BNCC que tocam as mulheres são: Empatia e Cooperação, Autonomia e Responsabilidade, Conhecimento e Pensamento Crítico. Enquanto as habilidades específicas por área para esse público contemplam: na disciplina de História a habilidade, EF09HI26 que visa:

(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

Figura:

Já a disciplina de Ciências: (EF08CI08) busca:

(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.

Figura:

No que se refere a Linguagens busca: PROMOVER A ESCRITA E A ORALIDADE QUE VALORIZAM AS MULHERES E SEUS DIREITOS, E O COMBATE AO USO DE LINGUAGEM MACHISTA.

No tocante, é notório que são poucas as competências e habilidades que tocam as mulheres, mas que podem ser aprimoradas pelo professor/a para que venham contemplar cada vez mais esse público.

Assim sendo, o grupo de mulheres da Comunidade do Caroá, das turmas da Educação de Jovens e Adultos, expressa uma conquista para as mulheres agricultoras rurais da comunidade do Caroá da cidade de Igaracy/PE. Este grupo de mulheres (Guerreiras Pernambucanas) da comunidade, representa uma sementinha de esperança cultivada na vontade de voltar a estudar. A educação acaba proporcionando a essas mulheres momentos de reflexões e conhecimentos para que essas mulheres pudessem conhecer seus direitos, refletir sobre o seu lugar na sociedade e emponderá-las. Neste sentido, desperta o interesse por um modelo de educação que venha a, realmente, ajudar nessa representação feminina empoderada pela transformação escolar, sendo encontrada na teoria freiriana, entre outros, que veremos logo adiante.

4 EDUCAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO: O PAPEL DO EJA NA VIDA DAS EDUCANDAS

Apesar de a educação popular ter vivido seu clímax na década de 1960, de acordo com o autor Paulo Freire, sua influência ainda se faz presente no Brasil e no mundo, no sistema de ideias políticas, econômicas, sociais e na prática de diversas organizações populares. Assim, para Brandão (2008), a educação popular não é uma escola pedagógica, nem uma proposta datada e situada em um tempo específico, ela é uma vocação da educação, um instrumento político e cultural de força pedagógica a serviço das classes populares. E o que pensar, em especial, a Educação de Jovens e Adultos? Diante disso, Freire (2000, p. 15-16 *apud* Cordeiro; Brito; Souza, (2021) diz que:

No Brasil e em outras áreas da América Latina, a Educação de Adultos viveu um processo de amadurecimento que vem transformando a compreensão que dela tínhamos poucos anos atrás. A Educação de Adultos é melhor percebida quando situamos hoje como Educação Popular [...] O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção da Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências tem a ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular. Não é possível que educadoras e educadores pensem apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não a EJA como educação popular...Podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. O que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades, nos campos, trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos. Nada pode escapar à curiosidade arguta dos educadores envolvidos na prática da educação popular.

Sabe-se que, a existência dessas funções sociais escolares para promoção humana e transformação social surgiram a partir das ideias de Paulo Reglus Neves Freire que nasceu em 1921 e faleceu em 1997, foi educador e filósofo brasileiro, Paulo Freire, um renomado educador e filósofo brasileiro, defendia uma abordagem educacional crítica e emancipadora. Sua pedagogia problematizadora que visa: despertar a consciência crítica, com o intuito de estimular os indivíduos a refletir sobre sua realidade social e política, a fomentar a ação transformadora: no qual buscava incentivar os indivíduos a agir de forma consciente e transformadora em sua realidade.

Os princípios fundamentais da pedagogia de Freire é a **Educação como prática de liberdade**, onde a educação para ele deve ser uma prática de liberdade e emancipação e a **Contextualização do conhecimento**, no qual o conhecimento deve ser contextualizado e relacionado à realidade dos estudantes. A pedagogia de Paulo Freire continua a inspirar educadores e movimentos sociais em todo o mundo.

A abordagem educacional desenvolvida por Freire, que foi frequentemente designada como Educação Popular, caracteriza-se por uma perspectiva libertadora do conhecimento, a qual visa emancipar o sujeito de sua condição de opressão e promover sua autonomia, permitindo-lhe exercer sua capacidade de escolha e participação ativa na sociedade.

Assim, estabelece-se como uma ferramenta de transformação social e humana, mediante a superação das condições de exclusão escolar e exclusão dentro da escola, que afetam indivíduos considerados "inapropriados" ou "incorretos" devido à idade ou outras características, conforme analisado por Freire.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação do Campo são territórios marcados por grandes lutas históricas e conquistas no âmbito educacional e da prática social, convergindo com o processo de democratização da sociedade brasileira e a emergência das massas como atores sociais relevantes.

A concepção de sociedade em Freire está profundamente ligada à educação e à ação dos cidadãos livres. Segundo essa perspectiva, o acesso à educação é fundamental para a emancipação e o empoderamento dos indivíduos. A escola desempenha um papel crucial nesse processo, pois é nela que se encontra o saber sistematizado, essencial para o desenvolvimento funcional na sociedade. No entanto, Freire destaca a importância de considerar as dimensões sócio-históricas e antropológicas do ser humano, integrando assim o conhecimento formal com a realidade e a experiência dos indivíduos. Vejamos o que é educação na visão dos autores a seguir. Libâneo (2001, p.7), diz que:

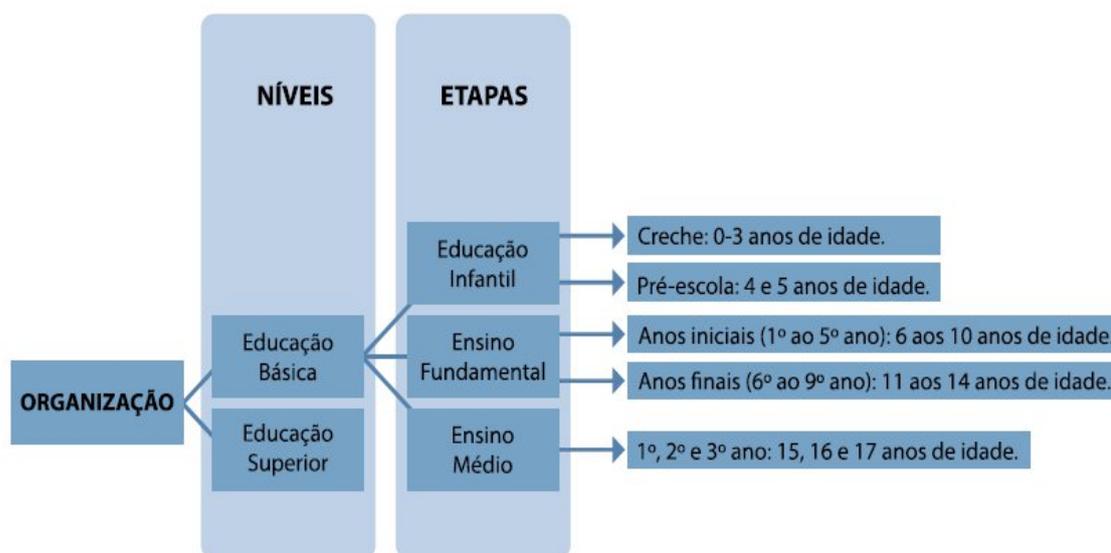
Educação compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano.

Pensamento alinhado ao pensamento Freiriano, compreende-se na colocação do autor acima que a educação é tida como uma prática humana a qual se faz necessária para a transformação e desenvolvimento dos sujeitos os quais se transformam em seres humanizados, ou seja, transformam em seres que saibam e possam não só conviver em sociedade, mas, que saibam interagir com os demais seres humanos.

A educação desempenha um papel fundamental na transformação do ser humano, atuando como um processo de intercomunicação podendo ser formal ou informal. O

estudo e o desenvolvimento educacional são essenciais para o crescimento pleno do indivíduo, abrangendo aspectos cognitivo, sociais e emocionais.

Com base nessas informações, a base legal da educação brasileira fundamenta a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 de 1996, quando organiza a escola em seu Artigo 21, veja na figura como se dá esta organização da educação escolar no Brasil:



Fonte: Brasil, 1996 *apud* Cordeiro; Brito; Souza, 2021.

Contudo, diante tudo que já foi debatido anteriormente, fica notório que, nem sempre foi, e nem é atualmente, possível ter acesso à educação escolar na idade em que determina a legislação.

Isso é especialmente relevante quando consideramos a realidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que busca atender às necessidades educacionais de indivíduos que não tiveram acesso à educação escolar na idade regular, seja por motivos socioeconômicos, culturais ou outros. A EJA desempenha um papel fundamental em proporcionar oportunidades de educação e desenvolvimento para esses indivíduos, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e sociais.

Com isso, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, assegura a Educação como sendo um direito de todos e um dever do Estado, da família e da sociedade, bem como, “Art. 208. Onde diz que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegura inclusive sua oferta gratuita **para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria**” (Brasil, 1988).

Entretanto, ao se realizar uma análise mais atenta da legislação vigente, percebe-se que as condições nela previstas nem sempre se mostram efetivas na prática. Essa limitação torna-se ainda mais evidente quando tais disposições são aplicadas ao contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma vez que emergem diversos obstáculos que podem comprometer o engajamento desse público. Tais dificuldades decorrem, em grande medida, das experiências de vida específicas desses sujeitos, frequentemente marcadas por rotinas rigorosas de trabalho, longas jornadas e horários inflexíveis, que contrastam significativamente com as condições vivenciadas por crianças e adolescentes inseridos no ensino regular dentro da faixa etária considerada "ideal" pela legislação. Diante disso, torna-se imprescindível que a EJA seja pensada a partir das singularidades de seu público, reconhecendo as condições concretas de sua existência. É fundamental, nesse sentido, adotar uma perspectiva curricular mais aberta e flexível, que dialogue com a realidade dos educandos, conforme propunha Paulo Freire, valorizando a experiência e o contexto de vida dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Ao tratarmos de educação de jovens e adultos, devemos ter em mente que, trata-se de um público diferente. Que são demandas consideradas diferentes, trata-se de sujeitos adultos os frequentadores desta modalidade de ensino. De acordo com Paiva, (1987), *apud* Cordeiro; Brito; Souza, (2021, p. 54).

São sujeitos da EJA: mulheres e homens acima de 15 anos de idade que não tiveram acesso à escola ou que não conseguiram concluir a Educação Básica por motivos como: privação da educação escolar, ausência de escola perto de suas residências, falta de condições para acesso à escola, necessidade de ajudar no sustento da família, necessidade de cuidar de filhos ou de demais familiares; pessoas que não se adaptaram ao modelo regular de ensino devido à falta de amparo em questões como: dificuldades de aprendizagem e/ou necessidades educacionais especiais, preconceito/discriminação/*bullying*/ameaças/repressões sofridas no ambiente escolar; pessoas com baixa autoestima, com pouco tempo, com filhos ou necessidade de cuidar da família e da casa, que trabalham ou que estão/estavam em privação de liberdade.

Desse modo, é possível perceber o quão difícil é ser aluno/a EJA, e imagina quando esses alunos/as são agricultores/as e residentes da zona rural, pode-se perceber o tamanho das dificuldades, mas esses alunos/as nunca perderam a esperança de concluir seus estudos, de se tornarem pessoas alfabetizadas, seres pensantes, as dificuldades foram tantas, mas a persistência e a vontade de concluir seus estudos foram maiores do que as dificuldades, e com isso, voltaram para a sala de aula. Sabemos que, as carências, grandes limitações e dificuldades que a escola passa é muito grande, e se é difícil para o homem imagina para as mulheres. Muitos que fazem parte da Educação de Jovens e

Adultos **“tiveram que abandonar seus estudos quando crianças para muitas das vezes ajudar o pai ou a mãe nos deveres de casa, muitos tiveram que trabalhar no pesado para sustentar os próprios irmãos”** (Entrevistas da Pesquisa).

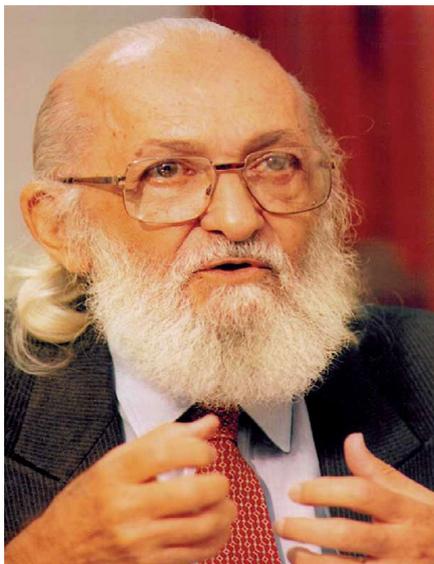
Podemos ver que se trata de perfis diferentes, e que não é possível oferecer aos jovens e adultos a mesma organização, metodologias e exigências as quais fazemos para as crianças e adolescentes de ensino regular. Refere-se a pessoas totalmente diferentes, com pensamentos diferentes, histórias, vivências e condições totalmente diferentes e que precisam ser levadas em consideração no processo de ensino e de aprendizagem desses sujeitos.

4.1 As grandes contribuições de Paulo Freire para a EJA a partir de sua trajetória de vida.

Paulo Freire nasceu na década de 1920, em Recife, na capital Pernambucana, Freire, cresceu brincando no bairro da Casa Amarela, como dizia em suas entrevistas. Foi lá que o mesmo aprendeu a ler e escrever com a ajuda de sua mãe, usando gravetos como lápis e o chão do quintal de sua casa como papel. Foi através da ajuda de sua mãe que chegou à escola sabendo ler e escrever, isso aos seis anos de idade. Freire perdeu seu pai com 13 anos de idade e viu sua mãe lutar, viúva, para sustentar a si e a seus 4 filhos, sendo ele o caçula (Cordeiro; Brito; Souza; 2021). Completou todos os seus estudos, primários e secundários da época, em Recife, em meio a fome, que, como ele salientava, não era uma fome passageira, mas, sim, suficiente para atrapalhar o aprendizado, o que cooperou para torná-lo tão franzino como vemos em suas fotos, mesmo depois de adulto. Na adolescência frequentou o Colégio Oswaldo Cruz e aos 22 anos de idade cursou a Faculdade de Direito do Recife, que, na década de 1940, ofertava apenas o curso de Direito na área de Ciências Humanas (Cordeiro; Brito; Souza; 2021).

Em 1944, retornou ao colégio secundário que frequentou na infância, para lecionar. A partir deste trabalho como docente, teve a oportunidade de ser diretor do Setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI), de 1947 a 1954, época em que havia acabado de ser criado pelo governo de Getúlio Vargas. Foi então que iniciou o contato e a experiência de Paulo Freire com a educação de adultos/trabalhadores. Percebeu a necessidade que nosso país tinha em enfrentar os problemas relacionados à educação e, sobretudo, à alfabetização. Em seguida, passou a ocupar o cargo de superintendente do SESI, de 1954 a 1957 (Cordeiro; Brito; Souza; 2021).

A relação de Paulo Freire com a educação



Fonte: <https://www.cursoderedacao.net/blog/conheca-paulo-freire-1264-1738076845>

Dois anos depois de sair do cargo que ocupava no SESI, prestou concurso e obteve o título de Doutor em Filosofia e História da Educação. Na ocasião, defendeu a tese intitulada “Educação e atualidade brasileira”. Com a titulação pôde assumir, no início da década de 1960, como professor efetivo de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife (atual Universidade Federal de Pernambuco - UFPE). Paulo Freire também foi designado para o cargo de Diretor da Divisão de Cultura e Recreação do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, conforme atestado assinado em julho do mesmo ano (Cordeiro; Brito; Souza; 2021).

Nas décadas de 1950 e 1960, Paulo Freire ganhou várias honrarias e títulos concedidos com base em leis e decretos da época que subsidiavam tais ações. Chegou ao ano de 1964 envolvido ativamente com o Programa Nacional de Alfabetização, em Brasília-DF. Até que foi destituído de suas funções de Conselheiro Estadual de Educação de Pernambuco pelo Decreto nº 942, de 20 de abril de 1964, assinado pelo vice-governador, na época, Paulo Guerra, após o golpe militar que resultou na queda do então presidente João Goulart e do governador Miguel Arraes, que o havia escolhido com base em leis que regiam sobre pessoas de notório saber e experiência em matéria de educação e cultura, (Cordeiro; Brito; Souza; 2021).

Com consequências futuras, o Regime Militar ainda provocou, pelo conjunto de movimentos de 1º de abril de 1964, a demissão de Paulo Freire, sumariamente, do cargo de diretor do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife, mesmo sendo um dos fundadores. “Foi no SEC da Universidade do Recife que ele teve a possibilidade de sistematizar o ‘Método Paulo Freire’ [...]. O golpe militar ainda o tinha aposentado das funções de professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma Universidade, em 08 de outubro de 1964”, por meio de Decreto (Freire, 1996, p. 44 *apud* Cordeiro; Brito; Souza; 2021).

Assim, sua intenção com seu projeto de alfabetização era a de alfabetizar politizando 5 milhões de adultos, com isso, o governo militar e as classes dominantes não gostaram dos seus objetivos, visto que isso implicaria na formação de cidadãos mais críticos e reflexivos, dando, também, poder ao voto, logo, ao direito de escolher os governantes.

[...] estes novos eleitores, provenientes das camadas populares, seriam desafiados a perceber as injustiças que os oprimiam e a necessidade de lutar por mudanças. As classes dominantes identificaram a ameaça e, obviamente, colocaram-se contra o Programa, que, oficializado em 21 de janeiro de 1964, pelo Decreto nº. 53.465, foi extinto pelo governo militar em 14 de abril do mesmo ano, através do Decreto nº. 53.886 (Freire, 1996, p. 42 *apud* Cordeiro; Brito; Souza; 2021).

Nesta conjuntura, Paulo Freire começou a ser perseguido pelo governo militar, chegando a ser intimado a responder inquérito policial-militar por duas vezes. Por isso, buscou ajuda da embaixada da Bolívia, onde ficou exilado desde setembro de 1964, aos 43 anos de idade. Contudo, em termos de política, a situação era muito parecida com a do Brasil, pois pouco tempo após sua chegada em La Paz, houve um golpe de Estado no país, o que o levou para o Chile. Foi em Santiago, a partir de novembro de 1964, ao lado de sua família, que o educador teve o asilo necessário durante pouco mais de quatro anos, para a construção de uma nova vida e um novo capítulo em suas obras (Freire, 1996 *apud* Cordeiro; Brito; Souza; 2021).

Apesar das circunstâncias adversas que marcaram esse período, Paulo Freire conseguiu divulgar amplamente seu trabalho e conquistar reconhecimento internacional. No Chile, atuou como assessor tanto do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário quanto do Ministério da Educação, além de colaborar como consultor da Unesco no Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária. Posteriormente, recebeu e aceitou o convite para lecionar nos Estados Unidos. Conforme relata em sua obra (1996, p. 42), viveu em Cambridge, Massachusetts, entre abril de 1969 e fevereiro de 1970, onde

ministrou aulas sobre suas próprias reflexões pedagógicas na Universidade de Harvard como professor visitante. Sua atuação não se restringiu ao continente americano — Freire também esteve presente em países da África, Oceania e outras regiões recém-independentes, contribuindo para a elaboração de políticas e planos educacionais, sempre com foco na educação como ferramenta de emancipação.

Os únicos lugares em que Paulo Freire não passava eram os que estavam sob crise política, que implicava na proibição de sua entrada ou, simplesmente, não era bem-vindo pelos governantes, como em seu país natal. Essa condição de ser mundialmente reconhecido, mas não poder entrar em seu próprio país, devido ao Regime Militar, o deixava muito triste. Apenas em agosto de 1979, por meio da anistia política, o educador voltou ao Brasil, na cidade de São Paulo, sendo recebido por familiares, amigos e admiradores de seu trabalho e história. Aceitou o convite para ser docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), chegando a abrir mão de direitos concedidos pelo governo suíço para residir lá e viajar com credenciais exclusivas pelo mundo. Para ele, seu país era mais importante. Desta forma, voltou definitivamente para o Brasil em 1980 (Freire, 1996 *apud* Cordeiro; Brito; Souza; 2021).

No entanto, ainda não era possível completar seu sonho, voltar para Recife, devido às burocracias exigidas pelo governo aos ex-exilados. Como Paulo Freire foi aposentado e demitido de suas funções da, agora, UFPE, pelo 1º de abril de 1964, precisou recomeçar sua vida em São Paulo. “Em setembro de 1980, após pressões dos estudantes e de alguns professores, tornou-se professor da Universidade de Campinas – UNICAMP, onde lecionou até o final do ano letivo de 1990” (Freire, 1996, p. 44 *apud* Cordeiro; Brito; Souza; 2021).

Ainda no final da década de 1980, Paulo Freire foi convidado a ser membro do Júri Internacional da Unesco, do qual participou até 1987. Até hoje os membros se reúnem para escolher os melhores projetos e experiências de alfabetização dos cinco continentes. O encontro ocorre no verão de Paris e os prêmios são entregues no dia 08 de setembro, Dia Internacional da Alfabetização (Freire, 1996 *apud* Cordeiro; Brito; Souza; 2021).

Em 1989, assumiu a Secretaria de Educação do Município de São Paulo, possibilidade que surgiu devido ao Partido dos Trabalhadores (o qual foi um dos fundadores), ter chegado ao poder, por meio da eleição de Luiza Erundina de Sousa para prefeita de São Paulo. Dessa forma, foi possível mostrar, agora no Brasil, seus trabalhos para Educação:

Assim, “seu” trabalho foi profícuo “mudando a cara da escola”, como costuma dizer. Reformou as escolas, entregando-as às comunidades locais dotadas de todas as condições para o pleno exercício das atividades pedagógicas. Reformulou o currículo escolar para adequá-lo também às crianças das classes populares e procurou capacitar melhor o professorado em regime de formação permanente. Não se esqueceu de incluir o pessoal instrumental da escola como agente educativo, formando-o para desempenhar adequadamente tal tarefa. Eram os vigias, as merendeiras, as faxineiras, os(as) secretários(as) que, ao lado de diretores (as), professores(as), alunos(as), e pais de alunos, faziam do ato de educar um ato de conhecimento, elaborado em cooperação a partir das necessidades socialmente sentidas (Freire, 1996, p. 47 *apud* Cordeiro; Brito; Souza; 2021).

Um dos seus trabalhos mais significativos na Secretaria, foi a criação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), um programa público de apoio às salas comunitárias de Educação de Jovens e Adultos na cidade de São Paulo e que é utilizado até hoje em algumas cidades. O objetivo foi combater o analfabetismo entre essa população e contou com a participação do Estado e de Organizações da Sociedade Civil (Freire, 1996 *apud* Cordeiro; Brito; Souza; 2021).

Algum tempo após os acontecimentos que marcaram sua trajetória profissional, Paulo Freire foi reintegrado ao cargo de Técnico em Educação no Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sendo posteriormente aposentado com tempo parcial de serviço, em março de 1991. Com a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, que veda a acumulação de mais de dois cargos ou proventos públicos, o educador solicitou exoneração de seu cargo de professor na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) após a concessão de sua segunda aposentadoria.

Em maio de 1991, Freire retornou à docência na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa em Supervisão e Currículo. Nesse mesmo período, retomou a produção de obras e o desenvolvimento de projetos voltados à formação de professores. Ainda em 1991, foi fundado, na cidade de São Paulo, o Instituto Paulo Freire, com o objetivo de expandir suas iniciativas pedagógicas, preservar seu legado intelectual e social, bem como servir de espaço para encontros, debates e reflexões em torno de sua obra e pensamento.

Paulo Freire teve um ataque cardíaco em 2 de maio de 1997, indo a óbito no Hospital Albert Einstein, após complicações de uma operação de desobstrução de artérias. Contudo, seu legado continua, ainda que muitos projetos já tenham sido desfeitos ou substituídos; suas obras permanecem, a formação de seus alunos segue na sociedade e

seus leitores, admiradores e/ou simpatizantes da causa, continuam tentando fazer do Brasil um país educado de forma politizada, emancipada, crítica e reflexiva, rumo à humanização e libertação (Instituto Paulo Freire, 2020 *apud* Cordeiro; Brito; Souza; 2021).

Quando se fala em uma pedagogia do oprimido, portanto, estamos nos referindo, freireanamente, à luta para recuperação da humanidade, uma “Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (Freire, 2005, p. 34, *apud* Cordeiro; Brito; Souza, (2021).

Portanto, é fundamental que utilizemos nossos conhecimentos com criticidade, de modo a nos tornarmos sujeitos conscientes, capazes de refletir sobre a realidade e transformar uma educação opressora em uma prática libertadora. Para isso, é essencial promover uma formação emancipadora, que possa ser compartilhada e multiplicada.

Nesse sentido, com base nas reflexões de Paulo Freire sobre a alfabetização, é possível afirmar que um dos pontos centrais desse processo é a valorização da realidade de cada aluno e aluna, especialmente dos grupos populares. É nesse contexto que se constrói o vocabulário, permeado por experiências significativas, que são essenciais para promover a transformação da educação.

O “convite” de Freire ao alfabetizando adulto é, inicialmente, para que ele se veja enquanto homem ou mulher vivendo e produzindo em determinada sociedade. Convida o analfabeto a sair da apatia e do conformismo de “demitido da vida” em que quase sempre se encontra e desafia-o a compreender que ele próprio é também um fazedor de cultura, fazendo-o apreender o conceito antropológico de cultura. O “ser-menos” das camadas populares é trabalhado para não ser entendido como desígnio divino ou sina, mas como determinação do contexto econômico-político-ideológico da sociedade em que vivem. Quando o homem e a mulher se percebem como fazedores de cultura, está vencido, ou quase vencido, o primeiro passo para sentirem a importância, a necessidade e a possibilidade de se apropriarem da leitura e da escrita. Estão alfabetizando-se, politicamente falando (Freire, 1996, p. 37 *apud* Cordeiro; Brito; Souza, 2021).

É possível ver no decorrer das obras de Freire, que o mesmo preza muito por uma pedagogia que leve em consideração os conhecimentos de mundo que cada sujeito carrega em si, e tenta de alguma forma fazer com que eles/as enxerguem que carregam em si muito saber. E é isso que Freire quer que o educador trabalhe com o adulto, que ele leve em consideração seu conhecimento de mundo, suas culturas. Segundo Freire (1996) *apud* Cordeiro; Brito; Souza, (2021, p. 74).

A leitura de mundo que esses sujeitos possuem são importantes no processo, o debate surge deste contexto, proporcionando reflexões, novas leituras críticas, o que culminará em uma releitura de suas realidades e, por sua vez, engajamentos em práticas políticas com vista à transformação da sociedade.

Diante de tudo até aqui exposto, passaremos a compreender o processo escolar, através da modalidade EJA, na formação social, educacional, política e pessoal das mulheres agricultoras do sítio caroá município de Iguaracy/PE.

5 AS MULHERES DO CAROÁ: TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS ESCOLARES

5.1 O que dizem e sentem as educandas do EJA do Caroá

Relatos, entrevistas e observações cotidianas da rotina escolar das entrevistadas, no que tange à vida familiar e escolar das mulheres da comunidade do Caroá, formaram as fontes do conhecimento sobre o papel da educação na vida dessas mulheres. Nesse sentido, tal estudo relata a experiência e sentimentos da vida escolar dessas pessoas adultas e mulheres no desenvolvimento dos campos social, educacional, político e pessoal através do Educação de Jovens e Adultos – EJA, a partir de três dimensões: (a) o papel da educação na vida dessas pessoas; (b) o papel do ser “mulher”; e (c) como agentes transformadoras da vida social, familiar e econômica.

Parece desnecessário dizer da importância da educação na vida das mulheres do Caroá dado a realidade desafiadora para continuar os estudos na fase adulta, principalmente de adultas e agricultoras como são os sujeitos desta pesquisa. Mas, podemos começar pelo porquê parar de estudar no passado.

Os relatos evidenciam que muitas mulheres só conseguem retornar à escola após se separarem de seus maridos ou quando os filhos já se tornaram independentes. Sem uma rede de apoio, esse retorno se torna praticamente impossível. No entanto, quando essa rede existe, mesmo diante de diversas dificuldades, elas conseguem se fortalecer, sentem-se empoderadas e passam a perseguir seus sonhos, seja por meio da retomada dos estudos ou da inserção no mercado de trabalho.

Todas as entrevistadas trazem consigo a mesma bagagem quando se refere a ter parado de estudar na idade considerada “certa”. Enquadrando-se no modelo clássico da subserviência da mulher, este modelo de subserviência feminina esteve presente nas falas das 4 entrevistadas. A subserviência feminina historicamente se manifestou de diversas formas, e um dos modelos clássicos é justamente o impedimento da mulher de estudar, amparado por papéis tradicionais ligados ao casamento e à maternidade. Esse modelo se baseia em uma visão patriarcal que associa o valor da mulher à sua função dentro da família como esposa e mãe e não como indivíduo autônomo com direitos e desejos próprios. Perguntadas porque haviam parado de estudar, afirmam:

[...] só existia escola/aulas para o Ensino Fundamental na cidade de Monteiro/PB, mas naquele tempo não existia transporte para a zona rural e nem os pais tinham condições de levá-los até a cidade de Monteiro, local que tinha escolas para atendê-los (Joana, 44 anos).

[...] as dificuldades eram muitas, falta de transporte, infraestruturas, e ainda tinha que ajudar o meu pai na roça. Sem contar também que não se tinha escola na comunidade, as aulas eram ministradas em uma residência cedida pelo proprietário, isso tudo contribuiu para a desistência dessas mulheres, lhes causando profundos traumas (Risonete, 53 anos).

Assim como a educanda Joana, a Risonete e as demais entrevistadas pararam seus estudos na 4ª série, que hoje é chamado de 5º ano, a partir daí não prosseguiu nos estudos porque havia dificuldade no transporte escolar naquela época.

Quando a entrevistada menciona que não continuou seus estudos porque não tinha transporte, nos faz retomar a fala de Costa e Machado (2017, p. 26) onde dizem que “[...] nossa experiência histórica foi marcada pela discriminação e exclusão do direito aos denominados bens humanos, sobretudo no campo educacional”. Com essa afirmação, apontam os autores para a forma como grupos sociais, sobretudo os mais pobres, negros, indígenas e outras minorias foram sistematicamente privados de direitos fundamentais, como a educação de qualidade. As mulheres do Caroá tiveram seu direito privado, pois não tinha condições de frequentar a escola por não ter o transporte escolar que as levassem e trouxessem de volta para casa.

Diante esse cenário, podemos nos questionar: *como a escola pode contribuir hoje para reverter essa exclusão histórica e garantir a todos os estudantes o acesso pleno aos bens humanos, como o conhecimento, a cultura e a cidadania?* Apoiamo-nos no que já foi aqui colocado anteriormente, nas “práticas pedagógicas democráticas; diversas maneiras de combater à evasão e ao fracasso escolar; participação da comunidade; promoção de uma cultura de direitos” bem como, um currículo inclusivo e crítico, onde, valorize a diversidade cultural, racial, social e histórica do país. E que inclua autores negros, indígenas, mulheres e vozes historicamente silenciadas assim sendo, uma forma de reconhecer outras formas de saber e fortalecer a identidade dos estudantes.

Mas, outro aspecto também interrompe a vida escolar dessas mulheres. Os papéis de mãe, mulher, esposa e dona de casa que todas, sem distinção, assumiram e assumem nas duas vidas.

Cristiane, tem 44 anos, e teve seus estudos interrompido quando adolescente, pois segundo ela, assim como as demais só tinham duas escolhas casar ou estudar, ela diz:

[...] eu escolhi casar, mas com o passar do tempo o casamento desandou e eu voltei a estudar novamente (Cristiane, 44 anos).

A história da Cristiane reflete em inúmeras mulheres que tiveram que abdicar de seus estudos para construir uma família. Podemos observar que o discurso é recorrente entre diversas mulheres quando falam sobre “*se dedicar a família e ao lar*”. Este discurso apareceu na fala de todas as entrevistadas⁴. Mulheres que precisaram casar, ter filhos e tiveram que se dedicar ao lar, aos filhos e ao companheiro.

Tudo isso reflete no que diz o autor Zanello (2018 apud Dantas; Silva; Antloga, 2021) com relação aos dispositivos amoroso e materno, os quais atuam para direcionar os esforços das mulheres à assistência da família, que sustenta os modos de produção capitalista.

O trecho citado nos chama a atenção para como os dispositivos amoroso e materno, conforme discutidos por Zanello (ibid.), operam como mecanismos que direcionam as mulheres aos cuidados da família e à dedicação afetiva. Esses dispositivos não são naturais nem espontâneos; são construções sociais que moldam o que se espera das mulheres, posicionando-as como principais responsáveis pelas tarefas reprodutivas, emocionais e de manutenção da vida cotidiana. Com isso, os autores Dantas; Silva; Antloga, (2021) apontam para:

A relação de dominação e submissão nas relações familiares referente ao serviço doméstico, reprodutivo e de cuidado, ainda atribuído exclusivamente às mulheres, impactando a sua participação de modo igualitário no lazer e no mercado de trabalho, além de impactar a jornada laboral, a expansão das responsabilidades, a participação cidadã e política.

O trecho destaca que a divisão do trabalho na sociedade é marcada por uma separação de gênero historicamente construída. Os homens ocupam, em geral, o trabalho produtivo no espaço público, enquanto as mulheres ficam com o trabalho doméstico e reprodutivo, essencial, mas não remunerado nem valorizado. Esse papel feminino é naturalizado e legitimado por discursos que associam as mulheres ao cuidado, ao amor e à maternidade.

⁴ Gostaria de trazer aqui o relato da minha mãe, uma dessas mulheres do “Grupo Mulheres Guerreiras Pernambucanas e também aluna da EJA”, que disse sempre ter ajudado seu pai (meu avô) na roça e que ainda tinha que percorrer a pé mais de (oito) quilômetros para chegar até a escola. Diante das diversas dificuldades que enfrentou, casou-se, por pensar que teria uma vida melhor do que aquela em que vivia, mas depois de casada continuou a ajudar seu esposo, (meu pai) na roça, assim como fazia com seu pai (meu avô). Teve filhos e passou a cuidar deles e dos afazeres de casa, mas sempre se mostrou uma pessoa muito interessada nos estudos. Quando conseguimos através da secretaria de educação do município abrir essa turma na comunidade a mesma foi uma das primeiras a ficar feliz e demonstrar interesse por frequentar as aulas.

[...] meus filhos e netos, foram minha motivação, voltei a estudar porque queria recuperar coisas que eu havia perdido” (Cristiane, 44 anos).

[...] voltei a estudar porque a educação tira as pessoas da depressão, tira a gente de dentro de casa, nos proporciona novas amizades que se transforma em motivação para retornar para a escola no outro dia. (Risonete, 53 anos).

A fala das entrevistadas, está interligada ao trabalho de Dantas (2016 *apud* Dantas; Silva; Antloga, 2021), onde diz que:

Foi identificada uma conexão entre a violência cotidiana e o adoecimento psíquico das mulheres, sobretudo no que se refere à depressão. O processo depressivo se associa à impotência e à implosão de sentimentos, desejos, sensações, que não são favorecidos pelas práticas sociais.

O trecho acima descrito evidencia uma importante conexão entre a violência cotidiana muitas vezes invisível ou naturalizada, e o adoecimento psíquico das mulheres, com destaque para a depressão. Esse processo não ocorre de forma isolada, ele está enraizado em uma estrutura social que desvaloriza os sentimentos, desejos e subjetividades femininas. A “impotência” mencionada refere-se à dificuldade de agir ou reagir diante das opressões diárias, e a “implosão” traduz o sofrimento internalizado, muitas vezes silenciado, que vai se acumulando até gerar sintomas psíquicos severos.

Achei pertinente destacar esse trecho pois, a fala da entrevistada e a fala do autor nos remete a pensar que o sofrimento mental das mulheres está **ligado a experiências sociais e estruturais**, e não apenas a fatores pessoais ou biológicos, ou seja, são problemas que existem desde a infância e que perpetuam até a atualidade causando transtornos para a vida dessas mulheres, as quais encontram refúgio na sala de aula.

Mas, a sala de aula vem para abrir espaço de superação, conquistas, lutas, e empoderamento dessas mulheres dentro e fora de casa na medida em que oferece meios de ler o mundo pela ótica da mudança de vida sua e de seus familiares, mesmo que isso signifique conflitos pessoais e familiares. Diz Cristiane, 44 anos:

[...] a educação é a ferramenta mais importante para a transformação e desenvolvimento do ser humano, inclusive da mulher.

Assim como Cristiane (44 anos) a entrevistada Risonete (53 anos) diz que “*a educação é libertadora*”, e para Nadja (31 anos) a educação é intitulada como sendo “*[...] tudo na vida de um cidadão*”.

Estando assim ambas de acordo com a pedagogia libertadora, do autor Paulo Freire (1979) onde o mesmo afirma que, “representa uma das tendências progressistas da educação, pois busca promover uma transformação social por meio da conscientização crítica”. A partir dessa perspectiva, a educação deve formar sujeitos autônomos e reflexivos, capazes de intervir na realidade e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante disso, Freire (1979 *apud* Cordeiro; Brito; Souza, 2021) diz que: “**A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas e pessoas transformam o mundo**” e as entrevistadas Cristiane (44 anos), Risonete (53 anos) e a Nadja (31anos) trazem consigo vestígios desse pensamento do autor, a educação realmente transforma pessoas.

Ao serem questionadas sobre o que tinha aprendido nas aulas da EJA as mesmas relatam que:

[...] desenvolvi diversas habilidades dentre elas utilizar as ferramentas digitais como o celular, para facilitar a comunicação e interação com seus parentes distantes, melhorou também o entendimento nas diversas rodas de conversas. (Joana, 44 anos).

Já a Nadja (31anos) diz que: “[...] **foi tudo diferente do que eu estudei quando adolescente**”. Podemos observar através das falas das entrevistadas os avanços contidos tanto na educação como também no currículo da EJA. Pois antes os professores se baseavam pelo currículo do Ensino Fundamental, por não existir um currículo especialmente para as turmas de Educação de Jovens e Adultos.

Como professora delas, em diversos relatos que presenciei, posso afirmar que as entrevistadas sabem se posicionar criticamente em diversas situações do dia a dia. Torna-se perceptível a incorporação das tecnologias modernas, por parte das educandas, fazendo-as se envolverem com o mundo de forma segura. Desse modo, no Currículo de Pernambuco (2021) que compete a Educação de Jovens e Adultos no que se refere ao uso das tecnologias, as quais estão inseridas nas competências gerais é que:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Pernambuco, 2021, p. 27).

O Currículo de Pernambuco voltado para o Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos representa um importante avanço construído pelos profissionais da educação do estado. Ele expressa uma diretriz das políticas educacionais pernambucanas, baseada na construção democrática e na colaboração entre diferentes instituições, com o objetivo de fortalecer práticas pedagógicas mais inclusivas. Além disso, esse documento consolida um processo contínuo de elaboração de referenciais curriculares que valorizam as especificidades da EJA.

O documento fundamenta-se na concepção de que assegurar a jovens, adultos e idosos o direito à educação básica orientada para a emancipação e o exercício pleno da cidadania transcende a mera garantia de acesso à escola. Tal concepção implica reconhecer que a oferta educacional, pautada na promoção da qualidade e da equidade, deve respeitar as especificidades dos(as) estudantes e efetivar seu direito à aprendizagem, contribuindo, assim, para a superação das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Assim como a EJA, o grupo de mulheres foi uma ferramenta de fundamental importância para o desenvolvimento dessas mulheres. Ao serem questionadas sobre a importância do grupo de mulheres guerreiras pernambucanas em suas vidas, elas respondem que: “[...] **o grupo abriu portas para a comercialização do meu trabalho, dos meus artesanatos**”, Risonete (53 anos). Para a entrevistada Joana (46 anos), a mesma afirma que:

“[...] o grupo de mulheres me proporcionou momentos de aprendizagem e conhecimentos, nos fez enxergar direitos fundamentais para nosso desenvolvimento e nos fez irmos em busca dos nossos direitos”.

Podemos ver que o grupo de mulheres bem como as turmas de EJA foram e continua sendo um espaço de conhecimento, empoderamento e crescimento dessas mulheres, tornando-as mulheres independentes e donas de seus próprios negócios bem como abriu-lhes caminhos para uma nova visão do que é a vida. **"Costumo dizer que essas mulheres são protagonistas de suas próprias vidas"**, que mesmo diante da violência cotidiana e do sofrimento psíquico, e da exclusão que sofrem ou que já sofreram, reconheço que essas mulheres **não são apenas vítimas passivas**, mas sim **sujeitos ativos** que lutam, resistem e tomam decisões em meio às dificuldades.

Costumo utilizar essa frase porque ela traz uma **reflexão positiva e afirmativa**, que rompe com a visão estereotipada da mulher como frágil ou indefesa e destaca a **força, autonomia e capacidade de enfrentar desafios**, mesmo em contextos adversos.

Reconhecer essas mulheres como protagonistas é uma forma de valorizar suas vivências e sua luta diária por dignidade, educação, direitos, valores e saúde mental.

Desse modo, não podemos deixar de levar em consideração o que diz Paulo Freire (1979), sobre a transformação do sujeito, o mesmo diz que “Essa transformação só é possível quando se trabalha por amor, amor à profissão, amor às pessoas, amor ao que se faz”. Assim, quanto mais pessoas tiverem conhecimentos, de forma que transformem suas vidas com mais humanidade e amor, menos espaço haverá para qualquer tipo de manipulação, com isso, todo o amor que está presente na obra e vida de Freire, é uma forma de expressar o compromisso que o sujeito mantinha em relação ao outro, fundamentado na solidariedade e na humildade que se encontra presente em toda a sua trajetória de vida e produção intelectual.

Em resumo, a escola deve ser um espaço de transformação, que vá além da mera transmissão de conteúdos e que se admita como um lugar de luta contra as desigualdades e a exclusão. Ao garantir a todos o acesso aos chamados "**bens humanos**", como o conhecimento, a arte, a ciência e o pensamento crítico, com isso, ela se torna um instrumento poderoso de justiça social.

6 CONCLUSÃO

Pelos relatos ouvidos em sala de aula, pudemos observar que essas mulheres têm uma rotina diurna muito parecidas, cuidam dos afazeres do lar, ou seja, afazeres domésticos e muitas ainda ajudam seus esposos na lida da roça.

Mesmo com uma rotina cansativa no dia a dia, à noite elas encontram força e perseverança para irem à escola, em busca da realização de um sonho — talvez o maior deles: concluir, ou como costumam dizer, “terminar” os estudos. Almejam concretizar seus objetivos, pois, com o diploma em mãos, também renasce o sonho de uma educação melhor e de um futuro com mais oportunidades.

Dentre tantos problemas que vimos até aqui com relação a Educação de Jovens e Adultos, é notório através de relatos dessas mulheres que abandonaram seus estudos no tempo em que se diz “certo” por que precisaram casar, ajudar seus pais e seus esposos nos afazeres domésticos e também da roça, tornando-se assim mulheres submissas a seus esposos.

É importante ressaltar que este trabalho contribui significativamente para o empoderamento dessas mulheres, promovendo avanços relevantes em suas vidas pessoais e profissionais. No entanto, não se trata de um empoderamento pleno ou concluído, uma vez que muitas ainda enfrentam dinâmicas de submissão em suas relações. Pelo contrário, o empoderamento vivenciado por essas mulheres é um processo contínuo e em construção, que se desdobra em múltiplas dimensões incluindo as perspectivas de gênero, econômicas e políticas.

Além disso, é digno de nota que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem desempenhado um papel fundamental na transformação de aspirações em realidades concretas, contribuindo significativamente para o processo de aprendizagem e desenvolvimento integral dessas mulheres, abrangendo aspectos pessoais, profissionais, econômicos e políticos.

Vimos também inúmeros desafios enfrentados por esse público no decorrer de todo seu percurso histórico bem como em sua trajetória de vida, como por exemplo: falta de transportes, infraestruturas, apoio dentro do próprio lar, enfim, uma trajetória muito marcante, mas que mesmo assim não as deixaram desistir de seus sonhos. Sabemos que para as mulheres sempre foi muito mais difícil do que para o homem, elas ainda enfrentam o preconceito, machismo que ainda são considerados frequente na sociedade

contemporânea. Quando escolhemos trabalhar sobre este tema, levamos em consideração a história de vida de cada uma das alunas que frequentam esta modalidade, sem deixar de valorizar seus esforços e dedicação para estarem ali todas as noites em busca de aprendizado, desenvolvimento e o mais importante seu lugar no espaço.

REFERÊNCIAS

ALVES, Simone Silva. Saberes das mulheres veteranas na economia solidária. In: **sororidade e a outra educação**. 2014. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/104457>. Acesso em 25 maio de 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP**. Local: INEP, 2008.

_____. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 mai. 2024.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 25 mai. 2024.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil 1996a Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 mai. 2024.

_____. **Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Brasília, DF, 2018.

_____. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm. Acesso em: 25 maio. 2024.

BRANDÃO, H. P. Aprendizagem e competências nas organizações: **uma revisão crítica de pesquisas empíricas**. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 6, n. 3, p. 321-342, 2008.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). Parecer n. 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF: CNE/CEB, 2000.

_____. **Constituição da república dos estados unidos do Brasil** (de 16 de julho de 1934). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 25 maio. 2024.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Casa Civil 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 maio. 2024.

_____. **Decreto nº 1.331-a, de 17 de fevereiro de 1854.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 25 mai. 2024.

CAPUCHO, V. **Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. O financiamento da EJA no Brasil: repercussões iniciais do Fundeb. **RBP**, Cidade, v. 30, n. 3, p. 635 - 655, set./dez. 2014.

COSTA, Cláudia Borges; Machado, Maria Margarida. **Políticas públicas e educação de jovens e adultos no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2017.

CORDEIRO, Suzi Maria Nunes. BRITO, Fernanda Regina Cinque de. SOUZA, Marcia Maria Previato de. **Teoria e Prática na Educação de Jovens e Adultos.** Núcleo de Educação a Distância. Maringá - PR.: Unicesumar, 2021.

COSTA, P. D. A.; Carrion, R. D. S. M. Situando a Economia Solidária no campo dos estudos organizacionais. **Otra Economia**, v. III, n. 4, p. 66–81, 2009.

COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. **In: Núcleo de estudos interdisciplinares sobre a mulher.** Salvador: NEIM/UFBA, 2006.

CRUZ, L. A.; Cavalcante, L. M. A.; Pessoa, S. C. Economia Solidária e gênero no processo de construção da cidadania. **XXIX Congresso ALAS**, p. 1–13, 2013.

CUNHA, C. M. Introdução: discutindo conceitos básicos. In: SEED/MEC. **Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos.** Brasília, 1999.

CULTI, M. N. Mulheres na Economia Solidária. **IV Congresso Europeo CEISAL de Larinoamericanistas**, n. iv, p. 1–22, 2004.

DANTAS, Gisele. Silva, Noelma. Antloga, Carla. **MULHERES, TRABALHO E EDUCAÇÃO: ENTRE A DOMINAÇÃO E O DISCURSO DEMOCRÁTICO.** Revista de Estudos em Educação e Diversidade. v. 2, n. 5, p. 1-21, jul./set. 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed>.

DANTAS, Gisele. **Depressão e gênero: análise da produção bibliográfica brasileira e das vivências de mulheres do Distrito Federal.** 2016. 90 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

DANTAS, Gisele; Antloga, Carla. **Políticas públicas de gênero, raça e educação: um estudo sobre a gestão escolar da capital federal (prelo).**

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Medida Provisória n. 411/2007, de 28 de dezembro de 2007, Edição Extra. Brasília, dez. de 2007

DENZIN, N. K. e Lincoln, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin, N. K. e Lincoln, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

Dicionário crítico do feminismo. Republique Française. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. X-Y.

FÁVERO, Osmar. **Educação de Jovens e Adultos: passado de histórias; presente de promessas.** In: Educação de Jovens e Adultos na América Latina: direito e desafio de todos. São Paulo: Unesco/Moderna, 2009. p. 53-92.

FERRARI, Alceu Ravello. **Diagnóstico da escolarização no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 1999, p. 22-47.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, A. M. A. A voz da esposa: A trajetória de Paulo Freire. In: GADOTTI, M. (Org.). **Paulo Freire: uma bibliografia**, 1996.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FRIEDMANN, John. In: Empowerment: **uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras: Ed. Celta, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 52 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
_____. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HIRATA, Helena. Globalização, trabalho e gênero. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 9, n. 1, p.111-128, jul./dez, 2005. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770>. Acesso em: 08 mar. 2025.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conheça o Brasil – População: Educação. **IBGE** [online], 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 25 maio. 2024.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Paulo Freire: pequena biografia**. São Paulo: Centro de Referência Paulo Freire, 2020.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Helene Le; SENOTIER, Daniele (orgs.). **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 2, n. 5, p. 1-21, jul./set. 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed> ISSN: 2675-6889.

LEITE, Sandra Fernandes. **O direito à educação básica para jovens e adultos da modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal**. 2013. 355f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 1-26, 2001. Disponível em: http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_17/libaneo.pdf Acesso em: 25 maio. 2024.

MOLINIER, Pascale. Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo. Um itinerário interdisciplinar. 1988-2002. **Revista Produção**, v. 14, n. 3, p. 14-26, set./dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300003>. Acesso em: 08 mar. 2025.

MOURA, A. P. A.; Ventura, J. P. A atualidade do pensamento de Paulo Freire para refletirmos sobre políticas públicas e práticas na educação de jovens e adultos. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 332-350, 2018.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riac/article/view/38031>. Acesso em: 25 mai. 2024.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PAIVA, J. comp. Aprendizados ao longo da vida. **In: sujeitos, políticas e processos educativos [online]**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019, p. 227.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco. **In: Orientação Pedagógica para o Ensino Fundamental na Modalidade Educação de Jovens e Adultos em Módulos Semestrais**. Recife: SEE/PE, 2020.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco. **In: Orientação Pedagógica para o Ensino Fundamental na Modalidade Educação de Jovens e Adultos em Módulos Semestrais**. Recife: SEE/PE, 2021, p. 20-21.

SIMON, V. P. Boeira, S. L. Empoderamento feminino na economia social e solidaria. **IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. Porto Alegre, 2016.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação de jovens e adultos**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

VIEIRA, M. M. F. e Zouain, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VILLACORTA, A. E.; Rodríguez, M. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: Romano, J. O.; Antunes, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Editora Laybris, 2018.

<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/20459-mulheres-brasileiras-na-educacao-e-no-trabalho.html>.

<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUAMANAS E EXATAS
CURSO DE LICENCIATURA DE LETRAS/CAMPUS VI

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISOR ACADÊMICO

Prezado (a), **Diretora Edjania Vieira**

Escola municipal Professora Judite Bezerra da Silva

Por meio desta, apresentamos a senhora a acadêmica **LIDIANE NOBRE DOS SANTOS**, matrícula 191740780, aluna do Curso de Licenciatura Plena em Letras (Português) da Universidade Estadual da Paraíba, do Centro de Ciências Humanas e Exatas – Campus VI/Monteiro, cursando o último semestre do referido curso, que está em fase de elaboração, desenvolvimento e conclusão do seu trabalho de conclusão do curso que tem como título provisório: *“Educação de Jovens e Adultos na Educação das Mulheres Rurais: o impacto da educação na formação social, política e pessoal das mulheres agricultoras do sítio caroá.”*. Assim, vimos solicitar a autorização para execução e coleta de dados nesta instituição de ensino, através da realização de entrevista com os (as) educandas (as) da turma de EJA do Ensino Fundamental Anos Finais. A presente pesquisa tem como objetivo compreender o processo escolar, através da modalidade EJA, na formação social, educacional, política e pessoal das mulheres agricultoras do sítio caroá município de Igaracy/PE.

Queremos ainda informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo dos (as) entrevistados (as), preservando sua identidade e privacidade profissional, destacando apenas o *locus* da pesquisa de campo que é a referida instituição.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de formação da futura profissional de Letras/Português e com desenvolvimento do conhecimento científico na área de educação na nossa região do cariri paraibano.

Colocamo-nos à vossa disposição na Universidade Estadual da Paraíba nos seguintes contatos:

Instituição:

Universidade Estadual da Paraíba – Campus VI
Rua Universitária, S/N Altiplano II – Monteiro, Paraíba
cche@setor.uepb.edu.br 3351-2970/ 3351-2348

Monteiro/PB. ____/____/____.



ADEILSON DA SILVA TAVARES - Orientador

Professor da Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Ciências Humanas e Exatas/Campus VI
Matrícula: 625334-9 Fone: (83) 999769519
E-mail: adeilsontavares@servidor.uepb.edu.br

LIDIANE NOBRE DOS SANTOS – Pesquisadora

Aluna do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português
Matrícula: 191740780
Fone: (83) 989096872
E-mail: Lidiane.santos@aluno.uepb.edu.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE LICENCIATURA DE LETRAS/CAMPUS VI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Caríssimos (as) gestores (as), meu nome é **LIDIANE NOBRE DOS SANTOS**, matrícula 191740780, aluna do Curso de Licenciatura Plena em Letras (Português) da Universidade Estadual da Paraíba, do Centro de Ciências Humanas e Exatas – Campus VI/Monteiro, e estou em fase de elaboração do meu trabalho de conclusão do curso que tem como título provisório: ***“Educação de Jovens e Adultos na Educação das Mulheres Rurais: o impacto da educação na formação social, política e pessoal das mulheres agricultoras do sítio caroá”***. Tem-se ainda como objetivo compreender o processo escolar, através da modalidade EJA, na formação social, educacional, política e pessoal das mulheres agricultoras do sítio caroá município de Iguaracy/PE. Para tanto, utilizaremos uma metodologia de pesquisa de tipo qualitativa que nos levará a ouvi-las no sentido de conhecer vossa opinião sobre as experiências de ser estudantes da modalidade EJA, durante a entrevista com as mulheres participantes desta modalidade. Isto nos ajudará a buscar responder às problemáticas de pesquisa por nós construídas.

Este documento trata-se de esclarecer as Sra. o desejo de sua participação na nossa pesquisa, com a disponibilização da sua fala gravada nesta pesquisa acadêmica, bem como de toda a legalidade, responsabilização e cuidados com os dados oriundos da análise de nossa pesquisa. São eles:

1. A pesquisa é de cunho científico e será destinada ao público acadêmico e em geral que tiver interesse disposta acessando os meios eletrônicos e digitais (online/repositório de TCC's) pela página da instituição (www.uepb.edu.br);
2. Garantimos do sigilo que assegure a privacidade e o anonimato dos/as participantes da pesquisa;
3. Garantimos expressamente a liberdade do/a participante de se recusar a responder questões que lhe causem *desconforto emocional* e/ou *constrangimento* em entrevistas e questionários que forem aplicados na pesquisa;
4. Os participantes podem retirar a sua colaboração a qualquer momento da pesquisa;
5. Não dispomos de ajuda e/ou ressarcimento pecuniário aos participantes da pesquisa;

Portanto, caso deseje colaborar com a nossa pesquisa, peço que assine os campos abaixo:

Eu _____,
inscrito(a) sob o RG/CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado "*Educação de Jovens e Adultos na Educação das Mulheres Rurais: o impacto da educação na formação social, política e pessoal das mulheres agricultoras do sítio caroá*". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora responsável **LIDIANE NOBRE DOS SANTOS** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Monteiro/PB. ____ / ____ / ____.

PARTICIPANTE

LIDIANE NOBRE DOS SANTOS - Pesquisadora

Aluna do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português

Matrícula: 191740780

Fone: (83) 989096872

E-mail: Lidiane.santos@aluno.uepb.edu.br



ADEILSON DA SILVA TAVARES - Orientador

Professor da Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Ciências Humanas e Exatas/Campus VI

Matrícula: 625334-9 Fone: (83) 999769519

E-mail: adeilsontavares@servidor.uepb.edu.br



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUAMANAS E EXATAS
CURSO DE LICENCIATURA DE LETRAS/CAMPUS VI

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pesquisadora: Lidiane Nobre dos Santos. Graduanda em Letras Português UEPB - CAMPUS VI

Perfil Acadêmico do respondente:

1. Qual é sua idade?
2. Qual é a sua formação acadêmica?
3. Quanto tempo você passou fora da escola? (ano)
4. Em qual instituição você concluiu o Ensino Fundamental Anos Finais?

Roteiro de Entrevistas:

1. Perfil socioeconômico das mulheres (5 pessoas)
2. Opinião sobre a educação?
3. Porque parou de estudar?
4. Porque voltou?
5. O que mais você entende nas aulas do EJA?
6. O que mudou na sua vida depois de voltar a estudar?
7. Qual a mensagem que você deixaria sobre a importância da educação na vida?
8. Qual a importância do grupo de mulheres Guerreiras Pernambucanas para sua vida?



Imagem da escola Daniel Gomes dos Santos, Anexo da Escola Professora Judite Bezerra da Silva



Imagem da escola Daniel Gomes dos Santos, Anexo da Escola Professora Judite Bezerra da Silva



Imagem da escola Daniel Gomes dos Santos, Anexo da Escola Professora Judite Bezerra da Silva



Imagem da escola Daniel Gomes dos Santos, Anexo da Escola Professora Judite Bezerra da Silva